



**ESTUDOS  
CULTURAIS  
DA IDADE MÉDIA**

**ORGANIZAÇÃO  
PAULINA NÓLIBOS**



# ESTUDOS CULTURAIS DA IDADE MÉDIA

ORGANIZAÇÃO  
PAULINA NÓLIBOS

editora **BESTÁRIO**



# ESTUDOS CULTURAIS DA IDADE MÉDIA

ORGANIZAÇÃO  
PAULINA NÓLIBOS

editora **BESTÁRIO**

# APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de um projeto de escrita da nova história cultural que começou em sala de aula, em uma disciplina de História Medieval, no ano de 2009, no curso de História da Ulbra/Canoas, RS. Desde lá, problemas e questões relacionados à cultura da Idade Média foram amadurecendo, e objetos de estudo se apresentaram possibilitando uma ampla abordagem da área e da zona, restrita majoritariamente neste momento à Europa.

A ideia é arrojada, mas pretendemos criar uma publicação periódica, um livro bienal, por exemplo, de artigos relacionados às pesquisas e papers dos estudantes em formação.

Também temos uma preocupação em garantir o direito de autoria, permitindo que vozes de novos pesquisadores sejam ouvidas e tomadas seriamente.

Os problemas sociais que este volume aborda são de crucial importância na constituição da história da cultura, especialmente a ocidental, da qual somos herdeiros e participantes: arte, sexo e religião. Três grandes blocos de práticas e saberes onde, de maneira didática, foram agrupados os 15 artigos que compõem este volume.

A observação e análise das representações imaginárias nas práticas sociais tomam graves proporções quando nos voltamos à Idade Média. Vários dos artigos se referem direta ou indiretamente ao papel da mulher na sociedade medieval, a sua delicada presença na literatura ou nos registros de fato, como personagem real, como o caso de Joana D' Arc, e à educação religiosa das mulheres enquanto a dos homens era direcionada para a guerra.

Outros abordam a religiosidade e o crescente controle da instituição Igreja sobre a Europa, a questão judaica, as figuras da morte e do mal, intensos fantasmas ligados ao pecado e à salvação, e a criação da Inquisição, inegáveis pontos de tensão dentro o corpo medieval.

A arte é um tema sedutor sob vários aspectos, portanto muitos foram os artigos na área, de história da arte à arte culinária e práticas de alimentação. As narrativas literárias medievais, com sua riqueza de detalhes e variantes, também permitiram um rico estudo do imaginário medieval: apresentamos as análises de um documento épico escandinavo,

Beowulf, e de uma personagem do mito artúrico, A Dama de Schalott, narrada pela sensual poesia trovadoresca, e revivida novamente no romantismo inglês. A arte gótica e a moda feminina são igualmente fenômenos próprios deste período, que se desenvolveram e sustentaram uma certa estrutura de poder, marcadores do status feudal.

Assim, percorrendo sendas variadas, esperamos encantar o leitor com a cultura medieval, rica e complexa, e abrir portas a novas discussões sobre assuntos de relevância histórica, muitos deles apenas recentemente elevados à objeto de estudo acadêmico. Enfim, o produto final, um livro de artigos, é um esforço intelectual compartilhado por 16 colaboradores para reordenar o conjunto das fibras do tecido ocidental, imensa tarefa, que já estavam visivelmente presentes mais de mil anos atrás.

Reconhecimento de problemas e boas perguntas foram nossas primeiras preocupações. Contextualização e discussão de fontes naturalmente agregaram moldura às temáticas. Se alcançamos nosso objetivo, só os leitores poderão dizer.

Boas leituras medievais!

Paulina Nolibos



**ESTUDOS  
CULTURAIS  
DA IDADE MÉDIA**

Representações da arte

# 1. Formação alimentar do medievo

Ricardo Serres

O final da conquista republicana, que levou legiões ao rio Eufrates e ao Canal da Mancha, foi seguido por tensões sociais dentro da própria sociedade romana. A agitação camponesa pela terra fora sufocada por seus governantes, os recrutamentos constantes haviam enfraquecido e reduzido, invariavelmente, toda a classe dos pequenos proprietários (ANDERSON, 1994). Foi durante o período republicano, que Roma se consolida como um grande império, inicialmente conquistando a Península Itálica e mais tarde, todo o mundo periférico ao Mar Mediterrâneo.

À medida que os especialistas da terra estavam sendo chamados ao serviço militar, a base de estabilidade social e econômica estava sendo quebrada. A precária administração das terras cultiváveis deu início ao ciclo de escassez de alimentos, que por sua vez, fez subir os impostos forçando a compra de matérias-primas e alimentos fora do Império. Aliados a isso, os sucessivos saques aos cofres da República para a paga do exército gerando uma crise em todo o sistema econômico e social no século III, logo provocou em um colapso na ordem política, em meio a violentos ataques externos. A inflação tomara proporções alarmantes, o dinheiro desvalorizava cada vez mais. A instabilidade e fragilidade política, econômica e monetária forjaram as bases de uma identidade cultural proeminentemente camponesa.

Alguns hábitos alimentares dos romanos decorrem de herança etrusca. Entre os tirrenos, preparam-se duas vezes por dia, suntuosas refeições enfeitadas por toalhas multicoloridas e com taças de prata de várias formas. Os banquetes são servidos por grande número de belos escravos ricamente vestidos (FLANDAN,1998). A breve descrição foi feita pelo filósofo estóico Possidônio da Apaméia que entre o final do século II e início do século I a. C. viajava por essas terras. Possidônio enfatiza, entre outras coisas, a riqueza da decoração, os servidores bem vestidos e, principalmente, o fato de haver dois banquetes ao dia.

Autores gregos e latinos reconhecem que as terras etruscas eram muito mais férteis do que as do resto da Itália, salientando que a cultura etrusca era, em relação a muitos aspectos, superior e mais avançada, tanto na quantidade, quanto na qualidade dos seus produtos. A Etrúria era um dos principais produtores de trigo, suporte básico para o abastecimento dos exércitos romanos. Este fato revela a importância que o trigo teve na antiguidade e terá entre os medievos na figura do pão, dos caldos e dos bolos, pouco importando em que mesa ele estaria, na do servidor ou na do senhor.

Existia grande variedade de espécies de trigo (*triticum*), de cevada (*bordeum*), de espelta (*far*), de favas (*fabae*), também de trigo miúdo (*milium*), de milhete (*panicum*) e de gergilim (*cesama*, herança mesopotâmica assimilada) e entre as leguminosas podemos citar de grão-de-bico (*cicer*), de ervilha (*pisum*) e de lentilha (*lens*). "Pão, azeitonas, cebolas, vinho, legumes cozidos regados com óleo, hortaliças, figos: o

cardápio do homem...” (FLANDAN, 1998) Para o cidadão ativo, esse era a alimentação, mínima indispensável para sua sobrevivência em tempos de paz. Já em tempos de guerra, quando o camponês era convocado, agregava-se a esta injusta, a caça, quando oriunda das terras conquistadas. O pão era alimento presente em quase todos os acontecimentos da vida, di trabalho, na paz e na guerra.

Os temperos têm significados múltiplos: gastronômicos, religiosos, medicinais e cosméticos. Temperos tais como pimenta, levístico, orégano, bagas de mirta sem sementes, coentro e cebola, regados com mel, vinho, garum e um pouco de óleo, fazem parte de uma variedade enorme produtos utilizados na culinária, tanto no dia-a-dia como em ocasiões especiais, como, por exemplo, na preparação do javali. Segundo o livro de receita de Apicius, há quatrocentos e sessenta e oito receitas que utilizam dez ingredientes básicos.

O garum, também conhecido como liquamen, era o condimento básico da cozinha romana e utilizado na grande maioria das receitas de Apicius e de outros livros da alta cozinha medieval, servindo igualmente para temperar pratos de legumes, molhos fervidos, e para se misturar em recheios e em guisados. O grande consumo do garum formentou sua produção em larga escala. Os produtores cobravam conforme a qualidade do produto oferecido, se de menor qualidade, eram mais acessíveis. Mesmo com a crise de alimentos no final da Idade Antiga, o consumo do garum não foi afetado, existindo produtores estabelecidos na Espanha e no Marrocos. Na mesma época, o garum é, juntamente com a pimenta e com os óleos, um dos objetos usuais do comércio, como atesta um dos diploma de Liutprand, livro de receitas do rei dos Lombardos. Dois séculos mais tarde, o paladar dos Ocidentais se altera e eles não mais gostam do garum. Desaparecendo das mesas de alto nível e mais ou menos abandonado pela medicina, o condimento mantém-se, no entanto, localmente. Os monges de Bobbio, por exemplo, no século IX, ainda se entregam a este deleite. De resto, segundo o testemunho de Belon e de Rondelet, nas regiões mediterrâneas produziram o garum até o século XVI.

Os povos do norte, chamados de bárbaros, utilizavam a agricultura, cultivavam e consumiam cereais, criavam animais e comiam carne, mas a cultura da tríade clássica romana, trigo-vinho-óleo, ainda era muito forte nos costumes e na cultura romanos. Existe aqui uma oposição notória entre as duas civilizações e seus modelos alimentares. Um processo de transição tem início com essas invasões, quando o modelo romano passa a ser questionado à medida que os bárbaros começam a ter controle. A oposição aos costumes bárbaros é notada nas biografias dos imperadores dos séculos III e IV, quando os verdadeiros romanos são exaltados como homens orgulhosos ligados à terra e apreciadores de cereais, leguminosas e frutas. Já os bárbaros são devoradores de carnes e não dão valor aos produtos da terra.

Uma característica marcante, durante a alta Idade Média, foi à intensificação do sistema agro-silvo-pastoril, que garantia alimentação suficiente para a população. O sistema alimentar medieval contava com uma variedade de produtos agrícolas (cereais, leguminosas e legumes), juntamente com produtos não cultiváveis (caça, pesca e criação de gado). O sistema alimentar dos diversos grupos sociais variava tanto



quantitativa como qualitativamente. A carne está ligada a fatores tanto culturais como naturais, traduzindo assim uma das características mais marcantes da alta Idade Média, a criação de porcos. Oriundas das tradições celtas e germânicas têm papel importante na economia, embora tenha sido suplantada pela criação de carneiros nas regiões ao sul da Europa, especificamente nas áreas mediterrâneas. A carne de porco se presta bem à conservação e carneiros fornecem lã e carne, e cabras, leite e lã. A caça e a pesca complementavam a alimentação. A caça fazia parte da alimentação aristocrática. Haja visto que as terras eram dos senhores, a caça que nelas haviam pertenciam, igualmente, a eles, forjando assim a concepção de que a caça é, de direito, nobre.

Peixes, oriundos dos cursos de água mais ao interior e das regiões litorâneas, também são considerados um produtos de economia local, muito apreciado. Peixes de água doce são largamente citados em receitas, como o esturjão, a enguia solha, a tenca, a lampréia, o bardo e a carpa. Todavia, o peixe não é tão apreciado quanto a carne. O queijo, quase sempre feito de leite de cabra ou ovelha, embora, nos vales alpinos, produziram-se queijo com leite de vaca.

O vinho e a cerveja são as duas bebidas mais consumidas durante a Alta Idade Média. O consumo de vinho se estendeu por toda Europa, apoiado pela sacralidade atribuída a esta bebida. A cerveja, que por muito tempo foi símbolo da cultura germânica, era usada em rituais pagãos como forma de oposição à religiosidade do vinho. Em todos os lugares consomem-se bebidas alcoólicas, por motivo de gosto e por motivo de saúde, pois a água contaminada, não inspirava confiança.

O centeio, a aveia, a cevada, a espelta, o milhete e o sorgo são os grãos mais fáceis de cultivar, e, conseqüentemente, muito utilizados no dia-a-dia, seguidos de leguminosas tais como favas, o feijão, o grão-de-bico, o cizirão e a ervilha, que ajudam a compor a mesa na Idade Média. Embora existam diferenças de uma região para outra, os cereais mais rústicos são mais difundidos. Outra característica comum é a grande variedade de cereais cultivados em cada quinta, em cada propriedade.

Legumes frescos complementam ainda mais a dieta alimentar medieval. São cultivados de modo intensivo em hortas, sempre presentes nas casas. Há diferentes tipos de couve, de repolhos, de cebola, de alho e de alho-poró. Assim como hortaliças: alface, chicória, endívia e acelga. Todas elas são parte importante da alimentação campesina, inclusive porque, a horta é zona livre de tributos, sobre a qual o senhor nada pode exigir, representando um aporte decisivo no equilíbrio alimentar.

O pão, complemento final na dieta alimentar, os grãos de vários tipos de trigo à espelta, são moídos e misturados à água para que forme a massa que será levada ao fogo. Assado sobre as cinzas ou sobre uma placa de terracota era um pão rústico. Diferente dos pães fermentados e assados em fornos, estes são tão raros que ao longo do tempo se tornaram monopólio dos senhores, que cobravam pelo seu uso. O pão rústico, que endurece rápido, usualmente era mergulhado nos caldos, na água ou no vinho a fim de consumi-lo. Era também acompanhamento básico de sopas.

Sucessivos movimentos políticos, culturais e religiosos contribuíram para a formação da cultura alimentar de vários povos. A herança da política expansionista militar romana, em um primeiro momento, faz sentir o legado de outras civilizações,

remetendo-nos a períodos memoráveis das culturas gregas, cartaginesa, fenícia, egípcia e mesopotâmia, assim como tantas outras que o Império Romano assimilou, somados aos temperos oriundos da Ásia Menor, concretizam as bases da imposição cultural romana na Europa.

## Bibliografia

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses, Os primórdios do Crescimento Econômico Europeu do século VII ao século XII. Lisboa: Editora Estampa, 1980.

DUMAS, Alexandre. Memórias Gastronômicas. Seguido de Pequena História da Culinária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LAURIOUX, Bruno. De la cuisine romaine à la cuisine médiévale. Hors Serie n°3 Des Dossiers D'Archeologie. La Cuisine Antique. Paris: Editions Faton, 1989.

A Idade Média, longo e extraordinário período que se estendeu por mais de mil anos, permite inúmeras investigações relacionadas à cultura e à vida privada, e, neste campo, especificamente à moda. Primeiro, é necessário sabermos o significado original da palavra para avançarmos em nossa descoberta. Moda provém do latim *modus*, e significa uso, hábito ou estilo geralmente aceito, variável no tempo e resultante de determinado gosto, meio social, região, sendo passageiro e mutável, e regula o modo de ser e de vestir dos indivíduos.

A partir disso, podemos considerar que o modo de nos expressarmos no meio social em que vivemos, nossa identidade, os grupos de convivência, as classes sociais e nossos hábitos estão vinculados à moda. Pode-se afirmar, portanto, que para caracterizarmos a indumentária e suas variantes na Idade Média, tal mergulho na história das representações é apropriada. Ao tomarmos “a moda” como um tema fundador, estamos lançando luz na idéia de Antonio Gramsci de “cultura” como um conceito-chave. E mais, é possível estudarmos todos os temas citados acima dentro da perspectiva dos modos particulares de ser, da subjetivação, da tendência, do costume, dos valores da sociedade e dos seus protagonistas.

Durante o início da Alta Idade Média, em torno dos séculos V e VI, os trajes usados eram resultantes de uma mistura entre a moda germânica e a nativa do extinto Império Romano do Ocidente. Nos primeiros séculos após as invasões bárbaras, havia pouquíssima diferença entre os estilos dos trajes freqüentemente usados pelos habitantes dos reinos ocidentais em função da adaptação e da adequação da população dominada e da nova realidade. Até o ano de 1100, havia um único padrão, em criações que combinavam figuras masculinas e femininas, ou seja, as vestes aproximavam os sexos em sua aparência.

A inspiração para este tipo de vestuário decorre, em parte, de representações em monumentos clássicos, como o célebre Ara Pacis, do Imperador Otávio Augusto, que data do início do século I d.C., em que o friso de homens e de mulheres está flutuando em um arranjo de planejamento, que parece vestir a todos com uma única extensão infinita de tecido, de modo que identificar o sexo de uma figura pelo friso é tarefa difícil. É certo que, mesmo havendo esta inspiração na unificação romana dos trajes, existiam diferenças de condições concretas entre os diferentes grupos sociais e particularidades dentro de cada nação.

As cores predominantes eram o branco, o marrom em suas variantes, a púrpura, a ametista e a conchífera, sendo que o amarelo era excluído, por estar associado às mulheres, sendo usado no véu nupcial. Os monges usavam túnicas longas, geralmente marrons, por ser a cor mais comum, a qual todos tinham acesso. Esta cor estava

relacionada principalmente aos camponeses, pois sua tintura era retirada de ervas encontradas em abundância nas florestas. Para as ordens monásticas, o traje rústico sem nenhuma ostentação era uma maneira de ficarem mais próximos de uma imagem representativa da humildade, da simplicidade dos trabalhadores do campo, numa demonstração sensível de seu voto de pobreza.

Os camponeses usavam vestimentas simples devido à sua própria condição sócio-econômica, geralmente de algodão e linho crus ou tingidas de marrom e sua paleta, entre os tons de bege, rosado e os terrosos. As roupas femininas eram longas e mantinham o corpo todo coberto: os braços, o colo e as pernas, com uma babushka sobre o cabelo trançado, espécie de toucado, característica que diferenciava a mulher humilde daquela reconhecida como herege ou prostituta, que mostrava os cabelos soltos, ou da nobre, que tinha condições financeiras para tratar do seu cabelo com a banha da melhor qualidade, pôr adornos e fazer inúmeros penteados. Os camponeses usavam túnicas, calças largas, calçavam alpargatas rústicas de couro com solado de corda trançada, ou bota quase até os joelhos como uma forma de proteção durante o trabalho nas lidas lavoura.

Os nobres em geral, apesar de terem acesso a todas as cores disponíveis durante este período, usavam principalmente púrpura por ser um pigmento raro e caro, e assim identificar a nobreza. Esbanjavam em tecidos, tanto para sua própria vestimenta quanto para a decoração de ambientes no seu palácio. Usavam jóias ricas em pedraria preciosa e adereços esculpidos em madeira. Nos dias frios, por sobre a vestimenta, colocavam um longo manto, chamado de albornoz. A forma se assemelhava às bizantinas e à elite, formada pelos guerreiros e sacerdotes, que se distinguiam dos moradores dos feudos também pela vestimenta, que era colorida.

As roupas eram confeccionadas em casa, evoluindo das túnicas merovíngias, de comprimento até a altura dos joelhos, bordadas nas pontas e amarradas por cintos, até as ricas vestimentas da época carolíngia, com enfeites de brocado. Tecer e costurar eram tarefas de mulheres. As mulheres da elite o faziam pelo evidente valor intelectual que a ação lhes garantia durante a produção minuciosa e cujos resultados são magníficos.

A partir do século X, com o final das invasões dos povos do norte e o renascimento comercial e urbano, houve a formação das corporações de ofício, dentre elas as dos tecelões e dos tintureiros, aumentando a quantidade e a qualidade das roupas. Com o desenvolvimento das cidades e a reorganização da vida das cortes, a partir do século XI, no início da Baixa Idade Média, a aproximação das pessoas nas áreas urbanas levou ao desejo de imitação das roupas uns dos outros. Enriquecidos pelo comércio, os burgueses passaram a copiar as roupas dos nobres. Ao tentarem variar suas roupas, para diferenciarem-se dos burgueses, os nobres costumavam inovar, o que teve conseqüências evidentes para o desenvolvimento da moda. Em termos de indumentária, podemos citar o românico e o gótico como estilos de grande sucesso.

As expansões marítimas contribuíram para o enriquecimento das indumentárias e dos acessórios. As roupas femininas passam a valorizar a silhueta, apesar de cobrirem todo o corpo. Havia, porém, variação nos decotes, que podiam ser de distintos modos:

baixo, alto, redondo, quadrado, em pontana frente e atrás, até mesmo com a gola levantada. Uma peculiaridade deste período são as roupas especiais para os leprosos, doença cada vez mais comum. O doente ganhava um sino, para tocar quando adentrasse um local público, e uma túnica longa que cobria o corpo todo com a inicial L bordada, para que a população soubesse de quem se tratava, pois a lepra era considerada a doença dos hereges e dos luxuriosos.

O rei não tinha mais o aspecto de militar, usando armaduras. Na Baixa Idade Média, o vestuário real era constituído de todos os tipos de ornamentos, inclusive bordados nos calções, espessos enchimentos nos ombros, mangas largas, golas de pele, sobretudos. As vestes de baixo eram justas, os ombros acolchoados deram lugar aos grandes pufes que chegavam ao cotovelo, os sapatos tinham bico longo e pontudo. Enquanto as roupas femininas mantinham-se longas, as masculinas encurtavam. Os homens usavam meias coloridas e calções longos chamados braies.

As túnicas foram diminuindo, transformando-se no gibão. A aristocracia não mais fazia suas roupas em casa, mandando confeccioná-las nos mestres alfaiates. Os modelos ficaram mais complexos, com cortes e ajustes individuais. As mangas das roupas femininas tiveram modelagens muito exóticas nesta época, desde muito longas e justas, até a sobreposição de longas e agudas mangas, chamadas 'morcego'. Durante as Cruzadas, nos deslocamentos os participantes usavam uma cruz, geralmente vermelha, costurada ou bordada em suas roupas.

Na Idade Média surgiu o conceito de moda, mais precisamente a partir do século X, com o ciclo de criação e cópia, como um diferenciador de classe social, de gênero e, principalmente, pela característica do reconhecimento do valor de cada indivíduo por seu traje. Como uma espécie de medidor social, a moda foi-se infiltrando na rede social para auxiliar o reconhecimento dos indivíduos e sua vinculação aos grupos que constituíam a teia de relações da sociedade urbana feudal.

## Bibliografia

CATELLANI, Regina Maria Catellani. Moda Ilustrada de A a Z. São Paulo: Manoli, 2003.

DUBY, Georges. História da vida privada: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. História da vida privada: da Europa feudal a Renascença. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

HOLLANDER, Anne. O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno. Rio de Janeiro:

Rocco, 1996.

KÖHLER, Carl. História do Vestuário. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

### 3. Arte gótica

Ricardo John

Ao estudar o período gótico e analisar as características de suas manifestações artísticas, percebe-se que a estratificação do período é bastante ampla, não apresentando uma homogeneidade. Há variações de 150 a 400 anos, conforme a região estudada, tornando-se por vezes contemporâneo aos períodos Românico, Bizantino e Renascentista.

Encontra-se, igualmente, uma variação muito grande com relação às datas, no que concerne aos tipos de atividades artísticas como a pintura, a escultura, a joalheria, a tapeçaria, entre outras, pois estas nem sempre apresentam um desenvolvimento concomitante entre si. Cada área possui uma cronologia específica.

Como o objetivo é a identificação das características gerais da arte gótica, dar-se-á ênfase ao entendimento do processo da criação artística, seus referenciais, técnicas e iconografias, sendo a arquitetura a manifestação que apresenta estas características de modo mais nítido.

Ao falar em arte gótica, deve-se ter em mente que as manifestações artísticas do período estavam estreitamente vinculadas às escolas e às crenças religiosas da época, bem como à subordinação das técnicas artísticas, tais como a pintura, a escultura e a arquitetura.

O estilo gótico surgiu no século XII na região da Île-de-France (Paris e arredores), então território do rei Luis VI, com a reedificação da abadia real de Saint-Denis pelo abade Suger, no intuito de transformá-la no centro espiritual de toda a França, uma igreja de peregrinação que ofuscasse o esplendor de todas as outras.

Suger consegue que seu projeto tenha o apoio do monarca francês ao forjar uma aliança entre a monarquia e a Igreja, trazendo os bispos de toda a França para o lado do rei e este passando a apoiar o papado na luta contra os imperadores germânicos.

Saint-Denis, segundo Janson (2001), representa ainda um ponto estratégico para a consolidação do poder real frente ao crescente poder dos nobres, visto estarem os direitos monárquicos fundamentados na tradição Carolíngia e ser a abadia de Saint-Denis, além do santuário do Apóstolo da França, o principal monumento comemorativo da dinastia Carolíngia. Deste modo, o abade Suger consegue agrupar a nação atrás do soberano conferindo à dignidade régia uma significação religiosa e glorificando-a como “braço da justiça”.

O estilo, inicialmente denominado “maneira francesa”, teve o termo “gótico” cunhado somente no século XVI durante o Renascimento. Sua alcunha encerrava primordialmente uma visão depreciativa do estilo, visto a etimologia da palavra significar “ao estilo dos godos”, povos tidos como bárbaros, pois suas características eram opostas aos padrões clássicos renascentistas.

O estilo gótico é peculiar quanto à flexibilidade na adaptação de suas

características estilísticas às regiões em que se desenvolveu. Absorvidor num primeiro momento como um estilo estrangeiro, progressivamente assimilou, às suas características, as características culturais locais. Por este motivo não se pode entender o estilo gótico como a aplicação rígida e estática de conceitos estilísticos, ao contrário, ele se constitui numa evolução flexível de conceitos em diálogo com a cultura regional, sem que ocorra a perda da simbologia presente em suas características.

Devido a característica da flexibilidade, e por ser uma adaptação de estilos, fica evidente que a expressão “maneira francesa” não era adequada para a denominação deste novo estilo. Vários termos passaram a ser utilizados para identificá-lo, sendo que, o termo “gótico” passou a ser o mais aceito e utilizado universalmente até os dias de hoje.

Segundo os escritos deixados por Suger com relação às características da nova abadia, esta deveria apresentar em seu traçado arquitetônico a valorização dos conceitos religiosos vigentes. A harmonia geométrica representada pela relação entre as partes seria a fonte de toda a beleza, pois exemplificaria as leis segundo as quais a razão divina construiu o universo. A luminosidade seria a revelação mística do espírito de Deus e de sua verdade.

Esta simbologia religiosa presente na concepção arquitetônica de Suger também pode ser encontrada e interpretada, sob a luz de textos da época, da seguinte forma, segundo Piquero (1994, p.30):

Assim, a fundação e as paredes são o alicerce espiritual da obra, as pedras simbolizam o povo cristão, enquanto os pilares são os santos e os dogmas da fé que conduzem o homem gótico aos arcos e as nervuras, que representam o caminho para a salvação. Finalmente, os vitrais: simbolizam a escritura sagrada, que repele-nos o que é prejudicial, mas, ao mesmo tempo, nos ilumina.

A igreja material se converte em um recinto sagrado e ilhado do mundo exterior, representando a união “terra-céu”. Muitos dos elementos que compõem o estilo gótico já eram conhecidos e utilizados no Período Românico, porém a utilização conjunta destes elementos e o resultado estético alcançado, vinculado a uma simbologia específica, é o que constitui o estilo gótico.

Os principais elementos da arte gótica são:

1) arco ogival: constitui-se da união de duas porções de curvas que formam um ângulo no cume do arco, no ponto em que se encontram. A vantagem deste tipo de arco sobre o arco semicircular é que ele exerce um menor empuxe, possibilitando elevação real do prédio, e dando a ilusão de uma altura ainda maior.

2) abóbada de nervuras: são compostas de arcos ogivais cruzados e aparentes, construídos separadamente da teia de cobertura e posteriormente preenchidos com pedras. Este tipo de abóbada era muito mais leve que a de arestas e suas aparentes nervuras serviam como um diagrama das forças estruturais da construção. Elas ainda possuíam a vantagem de uma simbologia visual, apontando a direção celeste como o caminho a ser seguido.

3) suporte de ponto: são suportes de sustentação interna (geralmente pilares), colocados em intervalos espaçados, permitindo a eliminação das grossas paredes

sólidas do estilo românico, atribuindo uma leveza estética interior e a colocação de janelas nas paredes.

4) arcobotante: é um arco ou um meio-arco que transfere o empuxe da abóbada da parte superior das paredes para um contraforte. Usualmente eram aplicados aos pares, um de cada lado da abóbada escorada. Utilizados sempre pelo lado de fora do prédio, por cima das naves laterais, ficavam expostos, deixando aparente o esqueleto estrutural do edifício, e permitiam o preenchimento das paredes com uma área ainda maior de janelas.

5) contraforte: pontos de apoio externo que recebiam a pressão do empuxe das abóbadas transferidos a eles pelos arcobotantes.

6) vitral: graças à aplicação das novas técnicas construtivas, as paredes das catedrais góticas puderam ser abertas em grandes janelas, rompendo com a penumbra predominante nos templos românicos.

Geralmente compostos de narrativas bíblicas ou de imagens de santos os vitrais serviam como um meio de propagação da palavra de Deus para um povo que, em sua grande maioria, era analfabeto e sem acesso aos livros. Os vitrais apresentaram-se ainda como uma solução perfeita para a personificação da concepção religiosa da luz divina. Devido a sua transparência, cor e brilho, ressaltavam o aspecto fantástico, imaterial e divino do interior das construções.

A técnica do vitral consistia na construção de imagens, previamente determinadas, com vidro colorido. A coloração destes vidros era adquirida pela adição de produtos químicos durante a sua fabricação, não comprometendo assim a característica translúcida.

As peças vítreas eram cortadas após o resfriamento e encaixadas umas nas outras com perfis de chumbo, que funcionavam como contorno negro para as figuras e para os objetos representados. Por fim, os detalhes das imagens eram pintados com tinta opaca, como, por exemplo, as características fisionômicas e os detalhes de panejamento.

Terminada a composição, esta era colocada no vão das janelas.

7) Escultura: a escultura gótica possui uma estreita ligação com a arquitetura religiosa, estando profundamente vinculada e subordinada a esta no início do período, ganhando, progressivamente, maior liberdade e independência à medida que o estilo se desenvolve. Curiosamente a escultura gótica seguiu um caminho contrário ao da arquitetura. Enquanto esta ganhava ares de imaterialidade, a escultura passa por um processo de humanização da figura.

Diferentemente das cariátides gregas, estátuas que cumpriam a função de colunatas, as estátuas-colunas do período gótico estão adossadas às colunas, incrustadas, fazendo parte delas e não as substituindo. Geralmente representam reis e rainhas do Antigo Testamento, bem como profetas e personagens bíblicos e suas formas alongadas fundem-se à simbologia religiosa das características arquitetônica, ressaltando a verticalidade.

Os tímpanos decorados com imagens em alto relevo também são característicos deste período, geralmente representando Cristo e passagens de sua vida terrena, a



Virgem Maria, o Juízo Final ou mesmo a imagem do santo ao qual a igreja havia sido consagrada. Estes tímpanos góticos, em número de três, apresentam arquivoltas múltiplas ou simples, também entalhadas em alto-relevo. Em alguns casos encontramos a representação dos ramos do saber da Idade Média: aritmética, geografia, música, astronomia, gramática, dialética e retórica, reforçando a idéia da Igreja como o centro detentor do conhecimento.

A estatuária, assim como os vitrais, servia como um meio direto e de fácil compreensão para o homem gótico iletrado, na catequização e na doutrinação religiosa.

8) Verticalidade: tratar das características góticas pressupõe, de um modo geral, tratar de verticalização, tanto dos espaços como das imagens. A verticalização encerra, iconograficamente, dentro do conceito estético gótico, a idéia do “caminho reto”, o caminho dos céus.

Em alguns lugares da Europa a verticalidade cede terreno para uma horizontalização, como nas igrejas-salão, onde a altura da nave central e as laterais se equivalem, porém, nunca perdendo a grandiosidade e sensação etérea.

Nestes modelos arquitetônicos o direcionamento espacial continua construído no intuito de “levar” o fiel ao caminho do bem. Através do ritmo das estruturas internas o fiel tem, incondicionalmente, a atenção direcionada para o altar-mor.

9) Rosácea: é uma grande janela circular preenchida, ou por rendilhado de pedra, ou por vitrais, sendo geralmente utilizada na fachada frontal, sobre as portas principais e nas extremidades dos transeptos.

A propagação do estilo gótico deve-se, principalmente, a dois fatores: a influência e a importância dos conceitos cristãos e a forma de organização e de utilização da mão-de-obra.

No primeiro caso, os conceitos cristãos encontravam-se tão enraizados nas culturas européias que tornaram as igrejas de peregrinação o principal local de visitação, atraindo multidões de nacionalidades diversas. No segundo caso, os mestres-pedreiros eram os arquitetos, os mestres de obra, os engenheiros e os escultores em seus projetos, o que os forçava, ao iniciar um trabalho, a treinar trabalhadores locais para executarem os seus projetos enquanto viajavam e iniciavam outras obras, treinando e formando novos grupos de trabalhadores.

O desenvolvimento do Estilo Gótico pode ser melhor compreendido a partir da divisão do período em três fases distintas: o protogótico ou gótico primitivo; o alto Gótico, gótico clássico ou gótico pleno; e o gótico flamejante, gótico radiante ou gótico tardio. O processo construtivo medieval, por ser muito demorado e dispendioso, leva à coexistência de características de fases distintas num mesmo prédio. Incêndios e reconstruções parciais também são responsáveis por esta coexistência.

Na fase protogótico ou gótico primitivo, destaca-se o surgimento dos elementos que definem suas características: o arco ogival, a abóbada de nervuras, o contraforte, o arcobotante, os vitrais, a elevação estrutural, os tímpanos decorados e as arquivoltas, as rosáceas, assim como o surgimento das estátuas-colunas. As manifestações artísticas bidimensionais, como a pintura, a iluminura, o vitral e o esmalte, dão ênfase às linhas de contorno, traçando um paralelo à sua identificação com os elementos

estruturais arquitetônicos, como os pilares projetados e as nervuras. As paredes internas das igrejas constituem-se geralmente de quatro níveis: a arcada principal, as galerias, o trifório e o clarestório. A fachada, geralmente, reflete a divisão espacial interna de três naves, onde cada pórtico corresponde a uma nave, apresentando também, um par de torres gêmeas. São exemplos deste estilo: a Abadia de Saint-Denis, a Notre-Dame de Chartres, a Notre-Dame de Laon e a Notre-Dame de Paris.

O alto gótico, gótico clássico ou gótico pleno, tem nas catedrais francesas sua maior glória, sendo caracterizado pela estabilidade, pelo equilíbrio e pela firmeza do estilo, adotando o alçado de três pavimentos e onde a verticalidade encontra seu ponto máximo na arquitetura. Nas esculturas, observa-se uma articulação mais realista da anatomia das figuras e uma maior liberdade destas em relação às colunas estruturais. O vitral ganha maior espaço e pode se observar, nas linguagens bidimensionais, maior delicadeza e graciosidade das linhas em tentativas de chegar-se à tridimensionalidade. São exemplos deste estilo: a Notre-Dame de Chartres, a Notre-Dame de Reims, a Saint-Etienne de Bourges.

O gótico flamejante, gótico radiante ou gótico tardio caracteriza-se principalmente pela integração de elementos regionais às suas características estilísticas. As estruturas tornam-se menos obsessivamente elevadas e surge o fascínio pela decoração; há o surgimento das abóbadas de rede, de leque, de estalactites e estreladas. Nesta fase encontramos a libertação total da escultura do plano arquitetural e os vitrais alcançam suas aplicações de maior proporção espacial. Neste período inicia-se uma valorização individual do artista e a aceitação da vida secular como material para a criação artística. São exemplos deste estilo: a Sainte-Chapelle, a Sainte-Maclou de Rouven, a Capela do Kings College e a Abadia de Westminster.

O estilo gótico inglês apresenta as seguintes peculiaridades: nas pilastras internas se encontra a aplicação de pilares confeccionados em mármore negro contrastando com as paredes claras; as colunatas internas apresentam-se ininterruptas do pavimento até as abóbadas; seus pórticos não apresentam as estátuas-colunas e surgem as abóbadas de rede, nas quais as nervuras se multiplicam formando um rendilhado decorativo que integra as várias abóbadas numa superfície contínua. Encontra-se também a abóbada de leque e a abóbada de estalactites. São exemplos deste estilo: a Catedral de Canterbury, a Catedral de Salisbury, a Catedral de Gloucester, o claustro da Catedral de Gloucester (ala sul), a Abadia de Westminster e a Capela do Kings College.

No estilo gótico alemão mantém-se a planta de igrejas-salão, por este motivo não há a necessidade da utilização de arbotantes em sua estrutura e a divisão interna das paredes apresenta-se em dois pavimentos. São exemplos deste estilo: a Elisabethkirche, em Marburg, e St. Sebald de Nuremberg.

O estilo gótico espanhol sofre forte influência da arquitetura islâmica. Encontramos na Espanha a abóbada estrelada, contrastando áreas de rica ornamentação com áreas neutras, tipicamente ao gosto espanhol. São exemplos deste estilo: a Abadia do Condestável, a Catedral de Santa Maria de Burgos e a Catedral de Salamanca.

O estilo gótico italiano apresenta, em sua fase inicial, interiores simples, ausência

de abóbadas nas naves centrais e laterais e os contrafortes e arcobotantes aparecem somente na capela-mor. Num segundo momento encontramos fachadas com rosáceas de pequenas proporções, nas quais o vitral é substituído por aplicações de mosaico em cores vivas, que conferem um aspecto de luminosidade apesar das pouquíssimas aberturas, sendo que, esta substituição de vitrais por mosaicos somente é encontrada na Itália. Por fim, a simplicidade anterior desaparece e predomina o estilo flamejante. São exemplos deste estilo: a Abadia de Fossanova, a Santa Croce de Florença, a Catedral de Orvieto e a Catedral de Milão.

## Bibliografia

BAUMGART, Fritz. Breve História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CRANDELL, Anne Shaver. Introdução à História da Arte da Universidade de Cambridge - A Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984.

JANSON, H.W. História Geral da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEVSNER, Nikolaus. Panorama da Arquitetura Ocidental. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIQUERO, Maria Ángeles Blanca. História del Arte de la Baja Edad Media. Barcelona: Editora Planeta, 1994.

#### 4. Beowulf: os valores do guerreiro entre Cristo e Odin

Maicon Künzel

O Cotton Vitellius A. XV, atualmente conhecido como o Manuscrito de Beowulf, se encontra no British Museum desde 1753. Apesar de seu estado de deterioração bastante avançado, grande parte está legível. E este dado é especialmente relevante tendo em vista que o documento foi salvo de um incêndio em uma de suas moradas anteriores, o Cotton Collection, na Ashburn House, na Inglaterra, em 1731.

O poema narra a saga de Beowulf e é um dos cinco textos<sup>1</sup> escritos em inglês arcaico, de autores e datas desconhecidos, que formam o que se acredita ser um conjunto de narrativas sobre personagens de um bestiário fantástico. Acredita-se que Beowulf seja uma compilação anglo-saxã de uma tradição que se transmite por via oral durante o período de crença pagã do território saxão, ou até mesmo no período anterior à migração dos saxões para a Inglaterra, que ocorreu nos séculos V e VI. Embora a data desta compilação ainda seja discutida, acredita-se que tenha ocorrido em torno dos séculos VIII e XI, apresentando características da cultura pagã e da ideologia aristocrática-cristã, que remonta ao período de cristianização da Inglaterra anglo-saxã.

A síntese religiosa que compõe Beowulf desperta hoje o interesse de historiadores, que procuram informações sobre o período de cristianização, pois o mito do herói que se torna rei e que enfrenta o mal na forma de monstros pode ser interpretado de forma diferente por ambas as culturas no que concerne à religiosidade, porém no que se refere aos valores da coragem e do heroísmo pode-se notar traços em comum. Estudar a composição do amálgama permite uma aproximação com o imaginário do homem deste período de transição.

No período medieval, regido pelo cristianismo, os valores europeus se modificam em decorrência da síntese proveniente do contraste cultural entre a religião cristã, o paganismo romano e o germânico, uma vez que os dois últimos já estavam fortemente entrelaçados quando o cristianismo se consolidou. A prática adotada pelos romanos de agregar os deuses dos derrotados em seu panteão proporcionava tal sincretismo. Juntamente a mudança de valores, cada cultura altera elementos míticos, ritos e heróis. Afinal, heróis são criados a partir de representações do modelo de ser humano, numa exaltação de valores e de defeitos provenientes do universo específico de cada cultura.

Beowulf é um herói, que difere da noção do herói grego, pois ele não possui laços sangüíneos com alguma divindade, tampouco sua força provém de armas mágicas, como é o caso de Siegmund ou de Arthur. O herói aqui apresentado possui qualidades e defeitos, que evocam diretamente o imaginário nórdico da era viking, aqueles que, segundo Brondsted (2004), os escandinavos queriam imitar, como coragem, bravura,

ousadia, abandono do amor, desprezo pela morte, generosidade, força da mente e fidelidade. Beowulf é o referencial da coragem estritamente humana, vulnerável ao desconhecido, frágil a quedas, perfurável por espadas, e que, ainda assim, enfrenta os perigos que se apresentam a ele. Segundo Foulquié (1969, apud Contamine, 1984), o perfeito guerreiro medieval possui força moral para afrontar o perigo sem temor e para suportar o sofrimento sem queixa, assim como a força espiritual para dominar seu medo e as demais tendências inibidoras da ação. Por esta perspectiva, temos dois valores básicos que compõem a estrutura do guerreiro: a força moral e a força espiritual, que podemos tratar como religiosidade.

Conforme Muceniecks (2008), pela análise do manuscrito de Saxo Grammaticus, do final do século XII, os primeiros reis dos daneses foram Dan e Angul, filhos de Humblus, que teriam sido escolhidos por votação devido à coragem e ao vigor (fortitudo) que apresentavam. Posteriormente, o rei Skyoldos teria ganho sua reputação quando, ainda jovem, e estando desarmado matou um urso.

Sabemos, por estudos atuais, que os escandinavos não eram bárbaros, que pilhavam e matavam devido à falta de fé, à crueldade e à ignorância. Tal imagem decorre do medo que as primeiras invasões de vikings provocaram na Europa cristã, em decorrência de alguns fatos, tais como o assassinato de monges, saques a mosteiros, por exemplo no ataque a Lindisfarne, que deu início à chamada era Viking no final do século oitavo, em 793 d.C., período equivalente na região continental, da França atual, ao reinado de Carlo Magno, protetor da cristandade. Este medo foi claramente representado numa escultura realizada no século IX no próprio mosteiro de Lindisfarne:

De um lado da lápide, foram representados sete guerreiros nórdicos, todos empunhando espadas e machados sobre as cabeças. Do outro lado da escultura, uma referência ao dia do Juízo Final. Lembramos também a importância simbólica do número sete, também relacionado com a besta do apocalipse. Desta maneira, a primeira representação artística dos vikings pelos europeus foi associada a motivos de temeridade religiosa (LANGER: 2001).

A coragem dos povos nórdicos não está motivada pela ignorância, mas sim pela fé diretamente relacionada à posição guerreira. O panteão nórdico é formado por deuses guerreiros, que estão constantemente em conflito com os Jötunns, gigantes do gelo, demonstrando aos habitantes da Terra Média (como o plano humano era concebido por eles) bravura frente ao inimigo maior em tamanho. Os deuses nórdicos, diferentemente dos deuses de outras culturas antigas, não eram imortais, eles lutavam por sua vida e se mantinham jovens graças às maçãs de ouro da árvore sagrada, Yggdrasill, colhidas pela deusa Idunn. A vulnerabilidade da morte aproxima as divindades dos seres humanos. Os deuses são o exemplo supremo da coragem frente à morte. Aliado a isso, está a crença de que o guerreiro morto em batalha se aliará ao seus deuses na luta final contra seus inimigos.

...[O] Valhöll torna-se o destino final dos guerreiros mortos em batalha, e por isso mesmo está representado no topo das runestones - o ápice da jornada heróica, o ideal de todo membro da elite escandinava que almejava tornar-se um einherjar depois de morto, aguardando o dia do Ragnarök

A ligação entre o destino fatídico dos deuses e o de Beowulf é bastante consistente se compararmos a causa da morte do herói com a prevista para o deus Thor no Ragnarok. Conforme descrito nos textos dos Eddas, Thor morre envenenado logo após derrotar Jormungand, a serpente gigante, em decorrência de ter sido anteriormente picado por ela. A descrição desta morte se parece muito com a de Beowulf, que sucumbe depois de matar um dragão. Cabe ressaltar que o dragão de Beowulf possui veneno assim como a serpente de Thor. Medeiros (2006) toma esta morte como um exemplo da descrição do valor de um rei guerreiro, destacando as características da sabedoria e da coragem (sapientia e fortitudo), tendo em vista que Beowulf preferiu morrer ao enfrentar o dragão, de modo a evitar a destruição de seu reino. Porém, cabe lembrar que a relação do escandinavo medieval com suas divindades ocorre como uma troca, parecido com “dou para que me dê”, ou seja, oferecia-se algo a um deus esperando-se uma retribuição, tais como proteção ou uma boa colheita (LANGER: 2005), não havendo uma concepção de perfeição divina a ser seguida. Sendo assim, as atitudes relatadas na literatura mitológica possuem um caráter de inspiração e não de exemplo, pelo contrário, os deuses parecem refletir e exaltar tanto as qualidades quando os defeitos humanos, como observado na Lokasenna<sup>2</sup>.

Como dito, Beowulf não possui nem sangue, nem armas divinas. Cabe ainda lembrar que a intervenção de Deus, para o cristianismo, não se dá por nenhuma destas fontes, mas sim pela fé, força que segundo a filosofia cristã é alcançável por qualquer ser humano que age conforme a vontade de Deus, a exemplo de Davi ao enfrentar Golias.

Davi, porém, disse ao filisteu: Tu vens a mim com espada, e com lança, e com escudo; porém eu venho a ti em nome do Senhor dos Exércitos, o Deus dos exércitos de Israel, a quem tens afrontado. Hoje mesmo o Senhor te entregará na minha mão, e ferir-te-ei, e tirar-te-ei a cabeça, e os corpos do arraial dos filisteus darei hoje mesmo às aves do céu e às feras da terra; e toda a terra saberá que há Deus em Israel. (1SAMUEL, 17:45-46)

Sabemos por Costa (2010), numa análise dos poemas dos séculos XI e XII de Ramón Llull, que a crença de que a fé pode trazer a vitória em combate ainda persistia durante este período, mantida pela postura da Igreja Católica. A fé católica, além de motivar o guerreiro medieval, justificava seus atos e o direcionava a um objetivo, criando assim uma unidade militar, construída pela mentalidade cristã. O efeito disso foi uma descaracterização dos valores individuais e uma exaltação dos valores coletivos, que funcionava de forma similar ao patriotismo.

...[A] Terra Santa só pode ser verdadeiramente conquistada se os cruzados prosseguirem no caminho de Cristo e dos apóstolos, isto é, se mudarem a forma da conquista. Em outras palavras: as armas materiais estão a serviço das armas espirituais – os poderes civis estão subordinados ao poder espiritual, isto é, a Igreja Católica! (COSTA, 2010).

Assim como na religiosidade nórdica, o homem de guerra cristão do século X age seguindo o exemplo divino da coragem frente à morte. A morte de Cristo foi o grande fator motivador do guerreiro-cristão, que acreditava que se morresse em nome de sua fé seria redimido de seus pecados e recebido no paraíso. Segundo Medeiros (2006), o Beowulf compilado na era cristã segue um perfil representativo de exemplo de guerreiro cristão-germânico que seria proveitoso para interesses políticos e militares de um período de reocupação dos territórios tomados pelos Escandinavos.

Seguindo nossa hipótese de uma construção ideológica através de um corpo poético, podemos ver Beowulf dentro de um propósito que Alfred e seus sucessores teriam elaborado para a construção de um modelo heróico cristão como exemplo para a expansão de Wessex.(...) Ele é enviado por Deus para ajudar o Rei Hrothgar e os Dinamarqueses (vv. 665-668); enfrenta Grendel que é o inimigo do Senhor, a ira de Deus (“Godes yrres baer” v.711), o adversário (“Godes andsacan” v. 786) e o que enfrentou Deus (“fag wid God” v. 811); a força de Beowulf vem de Deus (vv.1270-1273), ele acredita nesta força e em Deus contra Grendel (vv 669-670) e contra a mãe do monstro (vv. 1550-1556); e ao final de sua vida o herói obtém a glória e a salvação (vv. 2819-2820) (MEDEIROS: 2006).

Em contrapartida, Cardoso (2004) destaca vestígios da mentalidade do paganismo anglo-saxão contido no poema:

O heróico rei Beowulf, ao morrer envenenado pelo sangue de um dragão que havia combatido e vencido, disse (vv. 2814-2816): “(...) O fado empurrou (todos) os meus parentes, guerreiros valorosos, para seu destino fixado; eu devo segui-los” (KLAEBER: 1950, 106 apud CARDOSO, C. F.: 2004) Esta noção de um fado ou destino (Wyrd) a reger o que acontecia aos seres humanos era, também, uma característica central da religião pagã anglo-saxã, algo ausente, por exemplo, na religião dos celtas (HUTTON: 1995, 272-4 apud CARDOSO, C. F: 2004).

Não somente ausente da religião celta, que dividia espaço com os saxões no período posterior à dominação do território bretão, a noção de destino ou fado é algo inaceitável no cristianismo, o que nos sugere que o autor da compilação deixou para trás vestígios do que seria uma mentalidade pagã original do personagem principal do poema. A guerra, por mais temida que seja, permanece, assim como na Idade Média, um evento idealizado, pois é na guerra que podemos vislumbrar as virtudes heróicas como a coragem, a lealdade, a destreza e a honra. Forjamos estas virtudes na figura do herói, do guerreiro, e damos à guerra um sentido, uma razão, um ideal que a justifique e explique o motivo das matanças. Numa narrativa heróica, a morte toma um sentido de fim inevitável, e, por este motivo, a morte é a conclusão de uma série de feitos, por isso ela deve ser bela e deve dar ênfase ao feito final, uma boa morte. Indagar acerca da vida e da morte não pertence apenas ao homem medieval. Ao contrário, está vinculado ao próprio sentido da religiosidade, podendo ser explicado somente por ela.

Podemos concluir que o poema de Beowulf seguia os passos necessários para que o ideal de motivação de uma nobreza guerreira pudesse ser realizado. A perspectiva guerreira do homem nórdico medieval, dividido entre culturas religiosas diferentes, e sua posição frente à morte, segundo este testemunho literário tão eloqüente, nos mostra que, de fato, não somos tão diferentes, sendo todos herdeiros da cultura europeia, impregnada, já naquele tempo, das mesmas ambigüidades.

## Bibliografia

- BRØNDSTED; Johannes. Os Vikings: História de uma fascinante civilização. Hemus, 1990.
- CÂMARA; Jorge C. de C.R. O Poder Real na Inglaterra Anglo-Saxã: Uma leitura de Beowulf. *Revista Brathair* 1 (2003): 18-30.
- CARDOSO; Ciro F. O Paganismo Anglo-Saxão: Uma Síntese Crítica. *Brathair*, 4, 2004: 19-35.
- CONTAMINE; Philippe. *La Guerra em La Edad Media*. Barcelona, Ed. Nueva Clio, 1984.
- COSTA; Ricardo da. Visões do apocalipse anglo-saxão na “Destruição Britânica em Elegia” (c. 540-546), de São Gildas. *Revista Brathair* 1 (2), 2001: 19-41.
- \_\_\_\_\_. Com ferro, fogo e argumentação”: Cruzada, Conversão e a Teoria dos Dois Gládios na filosofia de Ramon Llull. *Revista Mirabilia*, Jan-Jun 2010.
- GUMMERE; Frances. (Trad.) *Beowulf*. Disponível em: <http://ebooks.adelaide.edu.au>; acessado em: 12/07/2011, 23h12min.
- LANGER; Johnni & SANTOS; Sérgio F. dos. Fúria Odínica: A Criação da Imagem Oitocentista sobre os Vikings. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p.219
- \_\_\_\_\_. Morte Sacrifício e Renascimento: Uma Interpretação Iconográfica da Renestone Viking de Hammar I. *Revista Mirabilia* (3), 2009.
- \_\_\_\_\_. Religião e Magia entre os Vikings: Uma Sistematização Historiográfica. *Revista Brathair* 5 (2), 2005.
- MEDEIROS; Elton O. S. O Rei o Guerreiro e o Herói: Beowulf e sua representação no Mundo Germânico. Dissertação de Mestrado USP, 2006.
- MIRANDA; Pablo. Seguindo o Urso e o Lobo: Discussões Sobre os Elementos Religiosos dos Berserkir e dos Ulfheðnar. *Revista História, imagem e narrativas*, n. 11, out/2010.
- MUCENIECKS; André. *Virtude e Conselho na Pena de Saxo Grammaticus (XII-XIII)*. Curitiba, 2008 - Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFP, 2008.

<sup>1</sup> Os textos seguem a seguinte ordem: A paixão de São Cristovão, As Maravilhas do Oriente, A Carta de Alexandre para Aristóteles, Beowulf e Judite.

<sup>2</sup> Texto Eddaico, em que o Deus Loki invade o salão dos Aesires e dirige aos deuses uma série de insultos, ressaltando seus defeitos.



## 5. "A Dama de Shalott", uma heroína artúrica

Antonio Filipe Szezecinski

Uma donzela enclausurada em uma torre, condenada a uma maldição de proporções inimagináveis é o tema abordado no poema A Dama de Shalott (The Lady of Shalott), surgido à pena do poeta inglês Alfred Lord Tennyson. Publicado primeiramente na sua coletânea Poems de 1832, sendo mais tarde reescrito, A Dama de Shalott emerge em meio ao período literário denominado “Literatura Vitoriana”, transição entre o Romantismo – marcado por escritores como Jane Austen e Walter Scott – e o Modernismo do século XX – a exemplo de escritores como James Joyce e Virginia Woolf – correspondente ao reinado duradouro de sessenta e quatro anos da Rainha Vitória (1819-1901).

A fonte para a concepção do poema é a novela A Dama de Escalot, que compõe a narrativa medieval A morte do rei Arthur, uma das obras que integram o ciclo de narrativas medievais conhecidas como Vulgata, escritas entre 1215 a 1235. A obra, no entanto, não se aproxima do enredo do poema de Tennyson.

A narrativa medieval, primeira de muitos escritos sobre o mito artúrico, apresenta, primeiramente, a paixão secreta de Sir Lancelot pela rainha Guinevere, consorte do rei Arthur. Agravain, sobrinho de Arthur e um de seus cavaleiros, ciente do que se passa entre os cômodos de Camelot, especula sobre o modo de expor a traição ao seu real tio.

Está para acontecer um grande torneio em Winchester, torneio para o qual Arthur requer a presença de todos os seus cavaleiros. Lancelot justifica sua ausência alegando estar doente, e avisa que ficará em Camelot. Suspeitando de que Lancelot inventara tal desculpa para se aproximar ainda mais da rainha, Agravain expõe ao tio o que sabe: Lancelot tem um caso com a rainha. A princípio, o rei contesta, crendo profundamente na lealdade de seu cavaleiro. Entretanto, a semente da desconfiança e da insegurança fora implantada no coração do nobre rei. Apesar de refletir sobre as palavras do sobrinho, Arthur se dispõe a provar que ele estava enganado sobre a lealdade de Lancelot e de Guinevere.

Ao contrário do que imaginara Agravain, Lancelot desejava comparecer ao torneio sem ser reconhecido pelos demais participantes, todos nobres cavaleiros como ele. Com tal intuito, Lancelot e seu escudeiro cavalgavam apenas durante a noite, para que não fossem notados pelos demais, e pousaram na casa de um rico vassalo. Este reside com seus dois filhos, recém ordenados cavaleiros pelo próprio Arthur, e com a sua filha, personagem-título da obra.

A figura desta donzela, apesar de ela não ter um prenome na Vulgata, está relacionada à de outra donzela, Elaine de Astolat, personagem arturiana menor, se comparada com personagens femininas fortes como Guinevere, Morgana ou Igraine. No momento que os olhos da donzela pousam em Lancelot, ela se apaixona por ele.

Preparando-se para o torneio, a dama concede a Lancelot sua manga para usar presa a seu elmo, como prova de afeto. Ele aceita relutante, uma vez que se dá conta das intenções da jovem, e aproveita a oportunidade para confundir os adversários, pois esta era uma prova incontestável de vínculo afetivo entre um cavaleiro e uma dama.

Irreconhecível na competição, Lancelot destaca-se de todos os participantes, como sempre. Ele se torna o campeão, vencendo todos os adversários, mas fica muito ferido devido aos golpes que sofrera ao longo do torneio. Seus companheiros Bors e Gawain lhe oferecem abrigo sem reconhecê-lo.

A mesnada do rei, ou seja, o grupo de cavaleiros escolhidos que anda com seu senhor, estabelece-se na volta do torneio na propriedade de Escalot, aonde Lancelot havia estado anteriormente. Lá, Gawain se encanta pela beleza e pela formosura da donzela. Esta, no entanto, nega-lhe seu amor uma vez que está encantada pelo cavaleiro que havia passado por ali, Lancelot. Embora a donzela não tenha sabido da identidade do herói, que cuidadosamente evitou dizer seu nome a qualquer um, ela acabou revelando inseqüentemente a verdade a Gawain ao mostrar-lhe as armas de Lancelot, que trocara as suas, conhecidas, por uma de um de seus irmãos, que estava doente para competir.

Com sua identidade revelada, as desconfianças de Arthur crescem, apesar de Gawain tentar apaziguar seu coração, afirmando que Lancelot, como um bom e fiel cavaleiro, não teria a capacidade de traí-lo. No dia seguinte, quando Arthur vai descansar, no mesmo local aonde repousara outrora Lancelot, encontra o desenho com inscrições que descrevem o amor que sente pela rainha. Somado à aparição de sua meia-irmã, Morgana, que sabe do romance, a traição é confirmada. No retorno de Lancelot, a jovem confessa seus sentimentos amorosos a ele. Mas, estando preso aos laços de amor que possuía com Guinevere, o cavaleiro não lhe corresponde. A recusa do amor da donzela, leva-a à morte.

Tennyson, ao escrever a obra, não se limita apenas a tais inspirações literárias. Como todo grande poeta, busca nas próprias experiências existenciais inspiração para a composição do poema. Nascido em agosto de 1809, no prebistério de Somersby, condado de Lincoln, região leste da Inglaterra, é o terceiro filho de George Clayton Tennyson e de sua esposa Elizabeth. O fator que possivelmente contribuiu para, não somente *A Dama de Shalott*, como também para os demais poemas que seguem a linha do melodrama, fora o amor não correspondido pela bela Rosa Baring.

Apesar de a dama de Shalott não gozar da mesma popularidade que as demais personagens arturianas exercem sobre as nossas mentes, a repercussão cultural é imensa. Encontramos escritores como Agatha Christie, que usou os versos de Tennyson para o título de um de seus romances policiais, *The Mirror Crack'd from Side to Side* (traduzido no Brasil por *A Maldição do Espelho*), protagonizado por uma de suas personagens mais famosas, Miss Marple. Outra escritora que utilizou o poema como inspiração foi Meg Cabot, ao transpor o mito artúrico para a atualidade em *Avalon High*, adaptado para a televisão em novembro de 2010. Por fim, um exemplo mais recente é encontrado no último livro da série *Thursday Next*, de Jasper Ffode, retrata Elaine como uma das personagens do livro.

No universo musical, se destaca a adaptação do poema pela cantora canadense Loreena McKennitt, no seu álbum *The Visit* (1991) com a música homônima, *The Lady of Shalott*. No segmento das artes visuais, esta personagem foi mais aproveitada, inspirando vários artistas no decorrer dos séculos XIX e XX, tomando por excelência o motivo romântico do amor não-correspondido. Destacam-se mestres como John William Waterhouse, notável por obras como *The Lady of Shalott* (1888, Tate Gallery, Londres), *The Lady of Shalott Looking at Lancelot* (1894, Leeds Art Gallery) e “*I Am Half-Sick of Shadows*”, *Said the Lady of Shalott* (1915, Art Gallery of Ontario); William Holman Hunt, *The Lady of Shalott* (1886-1905, Wadsworth Atheneum, Hartford), e Dante Gabriel Rossetti, que ilustrou o poema na edição de 1857 da coletânea *Poems*, hoje preservada no Museum of Fine Arts, Boston. Todos eles, Rossetti, Hunt e mesmo Waterhouse, da terceira geração, foram membros da chamada Irmandade Pré-Rafaelita, movimento cujo principal intuito era reconstruir o que se entendia por arte. Estes pintores-literatos utilizaram a narrativa de Tennyson como tema inspirador, e não a versão medieval, e tornaram icônica a figura delgada e pálida da personagem.

A Dama de Shalott destaca-se das demais obras literárias que põem em cena personagens clássicos como Sir Lancelot, Merlin e o próprio Rei Arthur, pois Tennyson utiliza-se da imagem desta donzela suicida como figura central de sua estória, tomando como base o idealismo romântico feminino, tema presente no cotidiano da Inglaterra Vitoriana. As diferenças entre a personagem encontrada na narrativa medieval e a do poema de Tennyson são nítidas. Primeiramente, o local da narrativa: enquanto a narrativa medieval descreve Escalot como uma propriedade em terra firme, a Shalott de Tennyson é uma ilha a alguns quilômetros de Camelot. Quanto aos membros da família, a personagem medieval vive junto do pai e de dois irmãos, enquanto a de Tennyson não faz qualquer menção à família, ampliando o sentimento de solidão da personagem e seu total pertencimento, embora hipotético, a Lancelot. Além disso, no relato medieval não há maldição, ao contrário da poesia, em que uma maldição leva à morte da personagem.

Também existe um contato físico e visual com Sir Lancelot na narrativa medieval, na qual há diálogos entre as personagens, inclusive o cruel, embora suave adeus de Lancelot. A de Tennyson, ao contrário, nunca encontrou Lancelot, apenas o ouviu cantando ao cruzar as propriedades de Shalott montado em seu cavalo. Além das diferenças, há semelhanças. Tanto o texto medieval anônimo quanto o do poeta inglês usam as figuras de Lancelot e de Elaine de Astolat, ou da anônima Dama de Shalott, para tratar do amor, com ênfase no trágico amor não-correspondido.

## Bibliografia

ALFRED, Lord Tennyson. Disponível em:

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/587422/Alfred-Lord-Tennyson>. Acesso em abril de 2011.

ANÔNIMO. *La Dama de Escalot*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

ANÓNIMO. *Lanzarote del Lago*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

PRE-Raphaelite Brotherhood. Disponível em:

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/474248/Pre-Raphaelite-Brotherhood>  
Acesso em 19 de junho de 2011.

PRE-Raphaelites Poetry & Paintings. Nova Iorque: Neues Verlag, 1998.

TENNYSON, Alfred Lord. The Works of Alfred Lord Tennyson. Ware: Wordsworth, 1994.

TENNYSON's "The Lady of Shalott": An Overview. Disponível em:

<http://www.victorianweb.org/authors/tennyson/losov.html>. Acesso de abril a junho de 2011.

THE Visit. Loreena McKennitt. Stratford, 1991.



**ESTUDOS  
CULTURAIS  
DA IDADE MÉDIA**

**Sexualidade e estudos de gênero**

## 6. Agostinho: a sexualidade e o modelo de ascese medieval

Paulina Nólivos

Os primeiros séculos do cristianismo estão identificados por questões cronológicas com os séculos do modelo imperial romano, com o apogeu das conquistas e com seu término na delimitação da Germânia por Marco Aurélio e na construção da grande muralha por Adriano na Bretanha. Os cultos estrangeiros, igualmente, absorvidos pelo contato com as culturas conquistadas haviam se desenvolvido e chegado a uma espécie de exaustão, passada a onda da nova sofística do século II, que fez aflorar textos de cunho mágico-religioso como o *Asno de Ouro*, de Apuleio.

O mitraísmo, culto de mistério trazido da Pérsia, unicamente masculino e tão influente no exército, realizava seus rituais sangrentos, e Ísis sem dúvida ocupava junto com a deusa frígia Cibele uma posição de destaque entre as deusas-mãe reconhecidas em Roma. O clima intelectual no século IV, contudo, não era o mesmo desde a conversão do imperador Constantino ao cristianismo, que liberara o culto desta seita, até então, proibida.

O leste romano, com Constantinopla como capital, a antiga Bizâncio grega, chamava a si a herança dos profetas e dos primeiros santos, dos mártires do cristianismo, já que estavam mais próximos da Palestina e das cidades sagradas de Belém, Nazaré e Jerusalém, e a península itálica mostrava, igualmente, sinais do abalo religioso que se aproximava.

A relação entre o corpo, a sexualidade e a expressão religiosa que os chamados “pagãos” estabeleciam era muito distinta daquela que os primeiros cristãos propagavam. Nas religiões arcaicas, o sexo era parte integrante, muitas vezes fundamental, do mito e dos ritos correspondentes. Os grandes deuses da Grécia eram copuladores insaciáveis, como Zeus, Apolo, Dioniso, e mesmo as deusas tinham bastardos de inúmeras relações mantidas com mortais e com imortais. O corpo dos deuses era cultuado, representado nu ou envolto em véus diáfanos, em poses sensuais, e o desejo era, ele próprio, uma prefiguração divina.

Além disso, a homossexualidade masculina era reconhecida como uma prática comum, e sobre ela não havia qualquer julgamento negativo. Os deuses tinham seus amores, e os imperadores seus escravos prediletos, podendo, como Adriano, tornar o jovem amante morto um deus novo, Antínoo, e dedicar templos em sua honra.

A equação que relacionava corpo, pecado e culpa, que fora até então desconhecida pela religiosidade antiga, salvo talvez pelo orfismo, culto ele próprio criticado no mundo grego pelo dionisismo por sua posição contra o sexo, se tornava no cristianismo um dos maiores eixos de mudança do comportamento quanto ao desejo. O deus judaico-cristão era um deus de um povo do deserto, patriarcal e nômade, que exigia controle absoluto sobre suas mulheres. Não tinha nome, nem sexo, muito menos

narrativas eróticas. Aos poucos passou a ser visto como um deus-pai, que criou seu filho (homem) a sua imagem e semelhança.

O Antigo Testamento, texto comum a ambas as religiões monoteístas, ao judaísmo e ao cristianismo, expõe no Gênesis uma proposição veemente a respeito do conhecimento, que foi sendo relacionada cada vez mais intimamente por analogia ao sexo. Ali se delineia uma humanidade vivendo em privação e em sofrimento, expulsa do paraíso, graças ao desrespeito ao tabu que Deus havia imposto sobre determinado fruto, o fruto do conhecimento.

Segundo o mito, a serpente convenceu a mulher, Eva, a experimentar o fruto e esta o ofereceu ao homem, Adão. Ambos comeram do fruto proibido, “conheceram” e perderam o estado de inocência, que lhes possibilitava viver naquele lugar bendito. Além disso, a maldição foi parir entre dores e imundícies, e ter de gerar seu sustento com o esforço do próprio trabalho. A partir daí, há o mundo, e a culpa primordial que desde então carregamos ou como judeus, ou como cristãos.

Juliano, que reinou brevemente entre 361 e 363, foi o imperador que, na segunda metade do século IV, mais se empenhou em reerguer a força da antiga religião, visitando cidades, direcionando recursos, estimulando o sacerdócio e cultuando ele mesmo os deuses antigos, perplexo com o aumento de cristãos no império. A tarefa foi interrompida pelo seu assassinato, e nenhum outro dirigente teve, desde então a mesma coragem.

O mundo romano, nesta altura, já estava sendo encantado pelo canto de sereia do cristianismo: paz, igualdade, fraternidade, simplicidade, pureza. Elementos ausentes na moral de soldados que imperava, e que, por isso mesmo, tinham eco na imensa quantidade de homens e mulheres que se sentiam esmagados pela força de um regime aristocrático e militar.

Com a liberdade de culto, uma elite de estudiosos cristãos formada começou a prosperar. Os primeiros dogmas começaram a ser instituídos assim como regras de comportamento afinadas com as normas da igreja emergente. Agostinho foi um personagem central de seu tempo, que influenciou fortemente com seus escritos o novo modelo de ascese sexual que irá reger o comportamento medieval e sua percepção do corpo e da sexualidade.

Nascido em Tagaste, cidade romana da África do Norte, em 354, é oriundo de uma família da camada social inferior dos pequenos proprietários rurais. Filho de uma cristã devota, Mônica, cedo conheceu pela mãe a angústia da culpa original e do sexo. Viveu em Madaura até 370, quando foi a Cartago pela primeira vez. A partir de 372, ligou-se a uma mulher, seu único relacionamento sexual duradouro, sob o estatuto do concubinato. Teve com ela no ano seguinte seu único filho, Adeodato, e viveu a seu lado por treze anos, dos dezoito aos trinta e um anos de idade.

Manteve estreito contato, como auditor, com um grupo religioso radical que tinha na África do Norte muitos adeptos, os maniqueus, de forte tendência ascética, mas nunca se tornou um deles. Lecionou retórica em Milão a partir de 384 e se converteu ao cristianismo em 386, enquanto os maniqueus sofreram expurgo em Cartago. Segundo Peter Brown, nas Confissões (8.6.15), “em agosto de 386, Agostinho tomou

conhecimento, pela primeira vez, do movimento ascético cristão. A narrativa da conversão de Sto. Antônio e as histórias dos povoados desérticos do Egito foram cruciais para acarretar sua decisão” (Peter Brown, 1990, 325). Neste ano decidiu abandonar a vida sexual. Em 387, foi batizado, e, neste mesmo ano, morreu sua mãe, posteriormente canonizada como Santa Mônica.

Em 391, chegou à cidade de Hippo Regius, ou Hipona, a moderna Bônef Annaba, na Argélia, para fundar um mosteiro. Foi ordenado padre, e em 24 de novembro, o imperador Teodósio deu o último golpe nos antigos cultos politeístas espalhados pelo império: emitiu o Édito Geral Contra o Paganismo, proibindo suas práticas. Com isso, templos foram destruídos, queimados e saqueados, e sacerdotes perseguidos e mortos desde a Bretanha até a Ásia romana.

Este estado religioso febril do final do século IV foi especialmente sensível e receptivo à nova proposta agostiniana. Sua vida pessoal, suas emoções e seus tormentos relacionados ao desejo sexual nos teriam sido desconhecidos, não fosse sua atitude de torná-los públicos em 397, sob o título de Confissões. Este texto, profundamente pessoal e subjetivo, escrito de maneira a convencer o leitor, oferece um argumento inigualável. Se o homem perdeu o paraíso pelo contato sexual, que Agostinho considera pecaminoso, que o sexo seja abolido das relações, deixando aberta a porta de retorno ao estado de união com Deus por meio da experiência da vida purificada pela fé e pela oração, a vida ascética.

Agostinho, bispo desde 395, mesmo ano da morte de Teodósio, erudito e estudioso, na virada do século IV para o século V, forneceu as ferramentas para a lenta, mas efetiva implementação de um novo modelo de comportamento sexual baseado na continência e na purificação dos corpos. Este modelo vigorou desde então e se espalhou por todo o mundo medieval, mesmo no largo período de analfabetismo generalizado, quando não o texto, mas o conjunto das idéias era reconhecido e disseminado.

Neo-platônico, sua tese autobiográfica reforça a expressão platônica de que “o corpo é o cárcere da alma” e pretende com suas reflexões, expondo-se como modelo exemplar, demonstrar que é difícil, mas possível que um homem se abstenha do sexo no sentido de transcender àquilo que o amarra às forças das trevas e o impede de se encontrar intimamente com Deus. Definitiva é a perspectiva do eminente historiador Peter Brown frente às proposições agostinianas:

Para Agostinho, o auditor maniqueísta, o sexo e a sociedade eram antitéticos. Só numa “igreja verdadeira”, composta de Eleitos continentos, seria possível encontrar uma sociedade verdadeira, sob a forma de uma luminosa harmonia de almas libertas da matéria. A relação sexual, e sobretudo o coito praticado com o fim de gerar filhos, colaborava com a impetuosa expansão do Reino das Trevas, em detrimento da pureza espiritual associada ao Reino da Luz (1990, 321).

Não era ele o único a rebelar-se contra o desejo sexual. A cultura da época, atravessada por perspectivas contraditórias, vindas de várias partes do império, só conseguira manejar a variedade de idéias e práticas até então, porque era politeísta e aceitava praticamente todas as manifestações religiosas, por mais exóticas que fossem. Mas a pureza, numa sociedade corrompida como a romana, era uma sedução



irrecusável, e no final de século IV a perfeição era uma meta filosófica e teológica para os intelectuais da Igreja. Ao tornar-se a única religião do império, o cristianismo sobrepôs a sua perspectiva às demais, impondo-se em toda sua idiossincrasia.

A figura da mulher foi assim resignificada. No imaginário cristão havia basicamente dois tipos de mulher, Eva, a tentadora, a fornicadora, o instrumento do pecado, e Maria, a coré do testamento em grego, a donzela, a jovem escolhida para ser a mãe do filho de Deus. Com o tempo, coré foi sendo cada vez mais traduzida e entendida como “virgem” até se tornar uma verdade da fé. Maria, a jovem virgem, havia gerado. Eis o último mistério de uma maternidade santificada.

A figura da mulher foi assim resignificada. No imaginário cristão havia basicamente dois tipos de mulher, Eva, a tentadora, a fornicadora, o instrumento do pecado, e Maria, a coré do testamento em grego, a donzela, a jovem escolhida para ser a mãe do filho de Deus. Com o tempo, coré foi sendo cada vez mais traduzida e entendida como “virgem” até se tornar uma verdade da fé. Maria, a jovem virgem, havia gerado. Eis o último mistério de uma maternidade santificada.

Assentadas estas representações no imaginário medieval, o caminho para uma vontade de identificação com Maria e não com Eva estava garantido. Numa teologia dualista como a cristã, que opera entre o bem e o mal, Maria era o bem, e Eva, o mal. E do lado do mal estava o sexo, o conhecimento e o desejo de experimentar o novo. Eva estava relacionada às mulheres em geral, e o caminho da fé era a sua salvação, um processo de conversão que as aproximaria de Maria. A própria palavra “feminino” vem do latim *fé minori*, aquela que tem “fé menor”.

O homem passa a legislar sobre o desejo, execrando como demoníaco o prazer, dominando os instintos. O clero passa a forçar seus membros ao celibato, o que, na prática, foi muito pouco respeitado, mas imperou como condição. O sexo marital passa a ser encarado como uma obrigação para a geração de herdeiros legítimos, que possam carregar o nome e as posses da família, mas sem qualquer componente de erotismo. Olhar o corpo do outro já se tornava um pecado, tocar no próprio corpo, imaginar cenas sexuais, enfim, a continência tinha que ser completa, envolvendo pensamentos, palavras e atos.

Foi preciso surgir Lutero no século XVI, quando os ideais medievais feneciam frente a outra ordem, mercantil e urbana, para que uma nova onda reflexiva questionasse o celibato, e dentro do corpo da Igreja se forjasse um contra-discurso consistente. Mas foi às custas de uma ruptura definitiva que a sexualidade pôde novamente ocupar um espaço na religiosidade cristã. No catolicismo, a idéia de sexo relacionado ao pecado persiste, e no século XXI ainda somos assombrados pelo velho fantasma de Agostinho, forte e barulhento, rangindo correntes que prendem o desejo e impossibilitam sua fruição. Eros adormecido sonha com bacanais passados e, quem sabe, futuros.

## Bibliografia

AGOSTINHO. Confissões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as Minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

## 7. Representações de mulheres e seus mistérios

Daiane Severo da Silva

Toda mulher deve se encher de vergonha diante do pensamento de ser uma mulher”, escreveu o caridoso Clemente de Alexandria. Para não ser superado, São João Crisóstomo (que constava ter empurrado uma mulher rochedo abaixo para demonstrar sua imunidade à tentação) revelou que “entre todas as bestas selvagens, nenhuma é tão perigosa quanto a mulher (Roberts: 1998, 83).

Na Idade Média, praticamente a totalidade das idéias e dos conceitos eram elaborados por homens, pensadores cristãos. O que sabemos sobre as mulheres deste período em grande parte saiu das mãos de homens da Igreja, pessoas que deveriam viver completamente longe delas. Muitos clérigos consideravam-nas misteriosas, não compreendiam, por exemplo, como elas geravam a vida, e algumas, versadas em fitoterapia (palavra nova para uma prática antiga), curavam doenças utilizando ervas. A mulher, para os clérigos, era considerada um ser muito mais próximo da carne e dos sentidos do que o homem, mais concreto e racional e, por isso, uma pecadora em potencial.

Há dois modelos de representação de mulher mencionados pelos textos cristãos: Maria, mãe virgem de Jesus, vista como a mulher bondosa e pura, e Eva, a pecadora, ou seja, culpada por todos os males no mundo desde a queda do paraíso. A principal preocupação com as mulheres, portanto, era mantê-las afastadas do contato mundano, preferencialmente reclusas e virgens, e proteger os homens desses seres demoníacos que representavam a tentação, pois a maior parte das autoridades eclesiásticas desse período via a mulher como portadora e como disseminadora do mal. Além disso, as mulheres eram consideradas como causa de todas as atribulações humanas, tentadoras sexuais, impuras, fracas e indignas de confiança, sentimentais.

A infância era breve e arriscada, pois eram muitas vezes sufocadas ou abandonadas nas ruas. Elas deixavam de receber o leite materno mais cedo do que os meninos, fazendo com que ficassem mais frágeis e expostas às doenças infecciosas. Não possuíam escola regular, mas a partir do sexto ou sétimo ano de idade, tinham lições em casa com a mãe, e assim apreendiam os salmos e as histórias bíblicas, algumas aprendiam a cantar e a tocar algum instrumento musical, mas isso dependia das condições financeiras da família, e da disposição da mãe em educar a jovem. As moças antes do casamento passavam a maior parte do tempo em casa, protegidas do olhar dos estranhos e de qualquer ameaça à sua virgindade. Elas dedicavam seu tempo a aprender atividades domésticas, como preparar e conservar os alimentos, como cuidar dos pomares e das criações de animais domésticos, como fiar, tecer, costurar e bordar, e assim preparavam-se para as tarefas de mulheres próprias do matrimônio. Podiam sair, mas normalmente acompanhadas, seja com os pais a uma igreja, ou para visitar um santo homem, contemplar uma procissão, ou fazer caridade.

A figura do marido mantém-se em toda esta tratadística como figura central; a obrigação de a esposa manifestar ao marido reverência, afeto e sobretudo obediência não é contestada, nem sequer atenuada, quer pelos escritores religiosos quer pelos escritores laicos. (Duby; Perrot, 1990, 174).

Quando a mulher medieval se casava, passava a fazer parte da família do marido, e quando viúva, não tinha direito à sua herança. No casamento, a mulher estaria restrita a um só parceiro, que tinha a função de dominá-la, de educá-la e de fazer com que tivesse uma vida pura, digna e honesta. Conforme Duby ; Perrot (1990, 377) “ Na concepção medieval do mundo, a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia-a-dia da mulher e para a sua posição na sociedade”. Casar cedo e ter filhos era a norma, e a única alternativa era ir para um monastério. Essa norma servia para mulheres nobres, com famílias bem colocadas, pois muitas mulheres camponesas ou abandonadas pela família uniam-se a homens por necessidade de sobrevivência, não possuindo nenhum tipo de dote a oferecer, ou, sem outra alternativa, tornavam-se prostitutas.

Inicialmente, casavam as meninas aos sete anos, depois o limite mínimo passou a ser de 12 anos, em função do amadurecimento sexual atestado pelas primeiras regras. O casamento prematuro era uma exigência para garantir a virgindade da jovem, e para ter filhos cedo, com a esperança de que alguns sobrevivessem, pois a média de vida das mulheres era curta.

Um elemento essencial para o casamento formalizado era que a família da noiva apresentasse um dote ao noivo. A noiva era proprietária do dote durante toda a vida, o que significa que participava da herança familiar, porém era garantido ao marido o usufruto do valor entregue ou da propriedade, com total poder sobre a administração. Se o marido morresse antes da mulher, ou se o casamento terminasse em divórcio, a mulher recuperava o pleno controle do dote. Se, pelo contrário, ela morresse primeiro e não tivesse filhos, o dote regressava à sua família. Existindo filhos, eram estes os herdeiros, embora o marido continuasse a administrar o dote durante toda a sua vida.

Os nascimentos eram celebrados com festas. Mas o excesso de filhos sobrecarregava a saúde da mulher. Um dos métodos utilizados para não engravidar era o de simplesmente não manter mais relações sexuais quando já tivessem filhos suficientes, já que o sexo tinha como função maior a procriação. O prazer era, antes de mais nada, do homem, portanto este acabava por buscá-lo entre as servas, prostitutas ou de outras formas, pois a atitude da mulher honesta frente à sexualidade deveria ser de frieza. Embora a mulher fosse educada para o casamento, pois o seu papel mais importante era dar continuidade à linhagem, algumas optavam por tornarem-se freiras ou monjas, dedicando-se ao estudo e à reflexão filosófica, poética e teológica, e também à arte da pintura de iluminuras ricamente decoradas, que decoravam os livros. Suas riquezas, após sua morte, se revertiam para a Igreja, normalmente para o mosteiro aonde passaram suas vidas.

Algumas mulheres trabalhavam duramente, em ambiente aberto ou em contato com estranhos, como as camponesas que cuidavam das crianças, fiavam a lã, teciam e ajudavam a cultivar as terras, e trabalhavam também no comércio a retalho,

especialmente na qualidade de vendedoras de produtos alimentares e como fornecedoras de pão, verdura, peixe e leite. Feirantes e vendedoras ambulantes também existiam pelas aldeias, pois os produtos rurais precisavam alcançar seu destino nas mesas da população.

No que se refere aos vestidos, aos ornamentos e à cosmética são muitíssimo numerosas as polêmicas, pois as mulheres que se vestiam ricamente e que se maquiavam eram criticadas pelos padres. A insistência obstinada da Igreja contra a vaidade, e a atenção aos temas do vestuário e da maquiagem é devida ao fato de que com roupas chamativas e maquiagem a mulher enveredava por um caminho de exteriorização no corpo, e na exposição do próprio corpo com fins de exibição, não permitia evidenciar a preciosa interioridade da alma. Assim, a mulher que possuía interesse em luxuosos vestuários, jóias e cosméticos estava contestando a superioridade do interior sobre o exterior, e era acusada de pretender melhorar a imagem que Deus lhe havia dado, revelando amor pelo corpo e um desejo incontido de mostrar esse corpo aos outros.

Apesar disso, sabemos por fontes variadas, entre desenhos, pinturas, esculturas e até tapeçarias, que a vida estética da mulher medieval foi rica, e, em alguns casos, cultivada. Suas vestimentas são detalhadas e requintadas, seus tocados muito exóticos e complicados, e após a crise das cruzadas, do contato com o Oriente e da epidemia conhecida como peste negra, que assolou a Europa em torno de 1347 a 1349, muitos hábitos e das restrições foram sendo alterados, inclusive no que diz respeito aos casamentos e à prostituição nas cidades.

## Bibliografia

CAVALLO, Guglielmo (dir). O homem Bizantino. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média. Porto:Afrontamento, 1990.

<http://www.brasilecola.com/historia/a-situacao-da-mulher-na-idade-media>. Em 20/07/2011; 07h55min.

<http://www.ifcs.ufrj.br/frazaio/mulher>. Em 20/07/2011; 08h47min.

<http://www.coladaweb.com/hisgeral/mulhernaidademedia>. Em 20/07/2011; 09h14min.

MACEDO, José Reaver. A mulher na Idade Média. São Paulo: Contexto, 1997.

PILOSU, Mario. A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média. Lisboa: Estampa, 1995.

ROBERTS, Nickie. As Prostitutas na História. Rio de Janeiro:Rosa dos tempos, 1998.

A sexualidade pode ser entendida como um fenômeno natural, e era praticada de formas variadas e excessivas até o final da antigüidade, remanescente de experiências e vivências nas quais o sexo era livre e as religiões eram fortemente marcadas por narrativas de forte teor sexual. Aos olhos do cristianismo, isso era visto como decadência, atitudes pecadoras diante dos propósitos de Deus. Tais condutas foram combatidas pela Igreja Católica desde seus primórdios. A filosofia cristã via o sexo como um mal necessário, que só deveria ser admitido dentro do casamento e para fins de procriação. Acreditavam que o sexo interferia na boa formação da pessoa. Para a instituição da Igreja, a pureza expressa no celibato e na virgindade eram os requisitos fundamentais para que o indivíduo alcançasse uma forma de vida espiritualmente elevada, ainda que idealmente.

Os ensinamentos cristãos combatiam veementemente o sexo fora do matrimônio, a fornicação por prazer, a homossexualidade e a prostituição. Segundo tal doutrina religiosa, o sexo não deveria ser feito apenas em função da luxúria, e o casamento era uma forma aceitável de regulamentar o desejo a fim de mantê-lo continente e de diminuir outras formas de relações consideradas mais pecaminosas. No séc. XII, na região da atual França, a Igreja deu início à sacralização do casamento, que passaria a ser indissolúvel e deixaria de ser um mero negócio entre famílias. Além disso, a Igreja promoveu a adoção do direito por parte da noiva ao consentimento, pois até então, na maioria das vezes, as jovens não eram sequer consultadas. As cerimônias matrimoniais passaram, daquele momento em diante, ao controle sacerdotal. Com a adoção do “consentimento”, passou a existir a possibilidade de casamentos serem realizados com base nas afinidades do casal, e inclusive por amor, mas na maioria das vezes prevalecia ainda as pressões familiares, no sentido de interesses financeiros ou políticos. A questão do amor para as mulheres dos grupos sociais superiores era algo que estava fora das relações com seus maridos.

Ainda que envolto em obscuridade e sensação de culpa, no séc. XII o amor foi amplamente discutido sobre os mais variados sentidos: os teólogos tratavam do amor a Deus, os senhores feudais reforçavam o amor como sentido de lealdade entre os vassalos, os poetas e trovadores enalteciam o amor cortês, mas em nenhuma destas discussões havia a menção à realização carnal do desejo sexual. Apesar dos avanços já conquistados no que se referia ao casamento, o sexo continuava sendo, aos olhos da Igreja, visto como um pecado venial, não mortal. Segundo Santo Tomás de Aquino e Santo Alberto Magno, o sexo no casamento era de grande importância, desde que sem excessos.

Os ensinamentos cristãos em relação ao sexo realizado por um casal devidamente ungido pelo ritual matrimonial tinham um caráter positivo, ao mesmo tempo em que

davam o direito a uma prática sem culpa, desde que respeitadas as limitações que eram previstas. A partir do momento em que se impunham regulamentações proibitivas que limitavam os casais a um “comportamento adequado” no exercício de suas relações sexuais, se controlava o prazer. Segundo as regras, a prática sexual no casamento não poderia ocorrer nos dias de festas religiosas e de jejuns, aos domingos, por ser dia santo, ou durante o período menstrual da mulher, pois ela era considerada impura. Como o calendário tinha muitos dias religiosos, que se somavam aos domingos e períodos menstruais, os casais acabavam reduzidos a manter relações menos de uma vez por semana, e caso não respeessem tais regras, a sofrer alguma penitencia.

Sobre as posições do coito, de acordo com as determinações da Igreja o ato sexual deveria ser praticado de forma que a mulher ficasse sempre na posição horizontal sob o homem, pois qualquer outra posição durante o ato, sexo oral ou anal, eram considerados pecado. Qualquer posição em que a mulher ficasse por cima do homem contrariaria a natureza humana, que determinava que o homem ocupasse a posição dominante sobre a natureza, e, por analogia, sobre a mulher. Segundo a percepção cristã, o sexo anal rebaixava o homem ao nível das bestas (cavalos e cães), e, assim como o sexo oral, era contraceptivo, o que era condenado, pois impedia a procriação. Havia também recomendações para que os casais fizessem sexo somente à noite e com seus corpos cobertos, pois o corpo nu era considerado vergonhoso. Apesar do esforço em normatização do comportamento dos fiéis, podemos inferir que não havia exatamente um respeito estrito às regras por parte da população.

A forma que a Igreja encontrou para refrear o desregramento sexual da sociedade medieval, tanto entre casais, como entre homossexuais, heterossexuais solteiros e prostitutas, foi a criação dos Penitenciais. Estes eram cadernos que regulamentavam os pecados, organizando-os por sua gravidade e definindo a penitência a ser aplicada para cada caso, com a finalidade de assegurar a salvação das almas, e o máximo de moralidade no manutenção da conduta cristã. As punições prescritas nos Penitenciais eram aplicadas a partir das confissões obrigatórias anuais ou espontâneas que, neste período, já se processavam em particular, constituindo-se num momento privado entre o crente e o seu confessor.

As penitências tinham os mais variados pesos, dependiam e podiam variar conforme as deliberações de cada penitencial, pois não havia um modelo único que servisse toda a Europa. Normalmente, a pena era de dez dias a pão e água para casos de masturbação masculina com a mão ou doze dias se com um pedaço de madeira, dez dias por fornicar com mulheres solteiras ou com servas. Alguns Penitencias puniam a masturbação com penas de quarenta dias a um ano, dependendo da idade, status social e frequência do hábito.

No caso de fazer sexo com a esposa em posições proibidas, menstruada ou grávida, a pena também era de dez dias a pão e água. Por fazer sexo aos domingos, a pena era de quatro dias, mas se o domingo fosse um dia santo, a pena poderia chegar a quarenta dias, porém se o marido estivesse embriagado, esta poderia ser reduzida. Incesto, sodomia e bestialidade eram consideradas os casos mais graves, e podiam receber penitencia de até quinze anos para os infratores.

Em outros Penitenciais, ao sexo anal era imposto uma pena de sete anos a pão e água, sendo que, para os casos de homossexuais, a pena era de dois a três anos, e meninos recebiam penas menores que as dos adultos. Havia também Penitenciais que continham referências à homossexualidade feminina, e determinavam penas para o uso de afrodisíaco (dois anos), lesbianismo (cinco anos), copular com animais (sete anos) masturbação com objetos que substituíssem pênis (um ano), aborto (dez anos), consumir semem do marido a fim de excitar-se (sete anos), colocar sangue menstrual na bebida ou comida do marido para excita-lo (cinco anos). A masturbação era vista com grande gravidade, pois esta se disseminava entre os jovens de 11 a 14 anos que logo estariam ingressando na vida sexual adulta. A Igreja a relacionava ao mesmo grupo de condutas em que se incluía a bestialidade, a sodomia e a desobediência às posições recomendadas, caracterizado por frustrarem o propósito natural do sexo – a procriação.

No final da Idade Média também houve um grande combate aos métodos contraceptivos, principalmente ao coitus interruptus, que, para a Igreja, era um pecado inadmissível, porque o sêmem era perdido, ao invés de fecundar o óvulo.

Os homens da Igreja reconheciam que havia pressões econômicas subjacentes ao desejo, quer dos homens, quer das mulheres, de limitar as gravidezes. Hostiense (Henrique de Susa) acusava: “Possa a progenitura ser recebida com gratidão, seja rapaz ou moça, daí graças ao Criador e não murmureis, mesmo face à miséria mais extrema”. (...) Mas julgava-se que as mulheres tinham outras razões para procurarem limitar as gravidezes. A primeira seria proteger a saúde. Uma idéia clara dos custos físicos dos partos foi transmitida por uma poetisa provençal do século XIII: “um marido agrada-me-ia, é certo/ mas dar à luz é o que julgo ser grande penitência/ Pois os seios descaem e a barriga fica pesada e torna-se um fardo” (Mc. LAREN, 1990: 131)

Embora tenha havido a condenação religiosa em relação à não procriação, as mulheres se utilizavam de várias técnicas, já conhecidas, a fim de evitar ou interromper uma gravidez indesejada. Para os teólogos cristãos, o aborto ou qualquer meio de contracepção, formas de controle da natalidade, além de ser um pecado gravíssimo, contribuiriam conscientemente para a redução da população.

No séc. XIII, a Igreja instituiu o Registro de Delitos Sexuais, e os párocos ficaram responsáveis por denunciar fornicadores, que eram multados e censurados, ou convencidos a casar. Também eram registrados casos de adultério, o que tradicionalmente levava à vingança, à castração ou ao assassinado do protagonista por parte dos maridos traídos ou das famílias ofendidas. Em alguns centros urbanos europeus, os casais adúlteros eram multados, açoitados e postos em pelourinhos, e em algumas cidades até mesmo eram forçados a correrem nus pelas ruas sendo açoitados pela população que via no adultério o total desrespeito às leis matrimoniais. Nas áreas rurais, este tipo de infração tinham punições mais tolerantes, com multas e aconselhamentos para comportamentos mais adequados. Em todos os casos, o adultério feminino era visto com maior gravidade em relação ao masculino, e recebia punições muito mais severas. Para o homem, a relação sexual extraconjugal era uma necessidade, uma forma de expressar sua virilidade.



No que se referia ao estupro, este tipo de atitude não era condenado pelos Penitenciais, provavelmente porque era difícil diferenciá-lo do grau de violência do ato sexual comum e porque era esperado que as mulheres reagissem como quem não desejasse o coito, a despeito de o desejarem ou não realmente. Segundo Roy Porter “estupro aparece pouco na história social e nas histórias de crime e sexo escritos por homens” (PORTER, 1989: 216). Já o rapto estava previsto como delito, e uma vez que no direito romano o rapto significava seqüestro e não implicava necessariamente em sexo, seguindo esta definição o medievo continuou a considerá-lo apenas um crime contra a propriedade - o roubo de uma mulher de sua família ou guardião. Somente quando Graciano codificou a Lei da Igreja, ao ter acesso aos códigos de Justiniano, que defendiam o rapto como crime sexual contra mulheres solteiras, viúvas e freiras, e recomendava pena de morte, foi que a Igreja reforçou a idéia do “consentimento” a fim de coibir os estupros.

A ferocidade com que a Igreja combatia as práticas sexuais fora dos padrões estabelecidos como corretos desencadeou uma pressão muito grande sobre o grupo dos homens jovens e não casados, que se dedicavam à fornicação, e que aos olhos de sociedade cristã, eram vistos como uma ameaça em potencial. Os jovens estavam mais vulneráveis à sedução feminina, ao erotismo, e seu comportamento violento potencializou a formação de gangues de solteiros entre os diversos grupos sociais, que, na procura de diversão, bebiam, brigavam, jogavam, desrespeitavam a guarda e praticavam estupros em grupo. Eram jovens entre 18 a 24 anos, que invadiam as casas e arrastavam para fora as mulheres jovens, e as estupravam. Agiam em média de uma a duas vezes por mês e suas vítimas eram na maioria das vezes as esposas e filhas de famílias de condição servil. Em consequência de tais fatos que se alastravam por toda a Europa, houve por parte da sociedade cristã, e com o apoio do Estado, o incentivo à criação de bordeis municipalizados, que visavam combater, com a oferta de prostitutas, o número excessivo de estupros contra mulheres inocentes e moças respeitáveis.

A questão do sexo durante a Idade Média foi tratada pela Igreja católica de forma muito inteligente e eficaz. A instituição tinha total conhecimento do problema e, na mesma medida em que condenava e exigia a confissão dos pecados, fazia uso da penitência e do perdão de modo a aliviar a tensão que desencadeava. Sabia que sexo era parte da natureza animal, e que exercia uma grande força sobre os aspectos psicológicos do ser humano. Usou da estratégia de que mesmo pecando o indivíduo jamais seria excluído do direito ao “paraíso”, pois o arrependimento, a confissão e a penitência o reabilitariam para a vida cristã.

## Bibliografia

McLARE, Angus. História da Contracepção da antigüidade à actualidade. Lisboa: Terramar, 1990.

RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação: as Minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TOMASELLI, Sylvana; PORTER, Roy. Rape: na historical and social enquiry. New York: Basil Blackwell, 1989.

YALOM, Marilyn. História do Seio. Lisboa: Teorema, 1997.

A Idade Média foi uma época dominada por homens, senhores feudais, cavaleiros, padres e monges, mas também foi um período no qual algumas mulheres exerceram importantes funções fora do lar, tornando-se muitas vezes abadessas e rainhas. Através de documentos, pôde-se constatar a existência de mulheres profissionalizadas como cabeleireiras, salineiras (comércio do sal) e moleiras, além de castelãs, mulheres de cruzados e viúvas de agricultores.

Foi durante o momento final deste período que se pode dizer que houve a primeira transformação no conceito da mulher, devido à valorização do culto da virgem Maria, sensibilizando muitas jovens de todos os grupos sociais a ingressarem nas instituições religiosas, dedicando-se aos cuidados dos pobres e à contemplação através da oração.

É difícil conhecer a proporção de mulheres que em um determinado momento de suas vidas retiraram-se do mundo, as que conseguimos distinguir encontravam-se nos mosteiros, o único lugar onde a mulher desde menina era rodeada de cultura, onde recebiam educação formal, e saber ler e escrever era necessário.

O monasticismo feminino na Idade Média é pouco conhecido, tendo desde sua origem uma documentação de difícil acesso, devido principalmente às constantes transferências das monjas de um mosteiro para outro. Muitos destes desapareceram no final do período, juntamente com seus arquivos. Nos conventos, até meados do século XIV, as mulheres eram representadas em papéis diferentes dos que comumente as reconhecemos, tristes imagens representando a impureza e a submissão.

A história das místicas que incrivelmente conhecemos foram escritas por eclesiásticos, homens pouco à vontade para falar de mulheres. Durante muitas gerações estas religiosas foram esquecidas, e pareciam confinadas apenas a copiar e a compor.

Muitas jovens encontravam-se nos mosteiros contra sua vontade, deixadas ali pelos seus pais, e sabiam que a vontade paterna as comprometia tanto quanto seu próprio voto. O principal cuidado deveria ser com a conservação de sua virgindade, pois se esse voto fosse quebrado, se romperia seu casamento com Cristo. Mas, além da integridade do seu corpo, teria que garantir também a pureza de seu coração.

Durante os séculos X, XI e XII, os mosteiros não eram unicamente redes de acolhimento da vocação religiosa, eles representavam instituições sociais indispensáveis para as jovens pobres, filhas que o pai não poderia casar por falta de dote, refúgio para as órfãs, as viúvas, as esposas repudiadas, muitas delas estéreis, o que dificultava grandemente a tentativa de um novo matrimônio, e principalmente funcionavam como estabelecimentos de educação feminina.

As produções intelectuais das mulheres durante a Idade Média, embora em quantidade significativamente pequena, demonstravam uma notável cultura literária

bem como uma vasta bagagem teológica. Foram escritoras conscientes, algumas visitadas pela graça do Senhor, difundindo a Sua verdade em poemas, pinturas, música e obras teatrais, e empenhadas nas relações pedagógicas.

Devido ao acesso à educação e à alta cultura, raro naqueles tempos, não é por acaso que as personalidades femininas que chegaram ao nosso conhecimento tenham sido em sua maior parte religiosas, monjas ou abadessas. Encontramos uma série de fontes documentais, muitas produzidas por elas próprias, que nos presenteiam com os nomes e as referências de algumas mulheres, das quais trataremos neste artigo.

O teatro medieval é pouco conhecido, se comparado ao grego ou ao moderno. Transpondo uma barreira de mil anos, encontramos Rosvita de Gandersheim, monja beneditina do século X e autora de uma adaptação da peça teatral “Sabedoria”. Rosvita nasceu por volta de 935 e faleceu pouco depois do ano 1000, entrou para o mosteiro de Gandersheim aos 23 anos e desde muito cedo começou a escrever. Segundo o que nos restou de sua biografia, escreveu oito poemas e seis peças de teatro, todas religiosas.

O teatro, até então desaparecido ou silenciado, foi praticamente reassumido como instrumento pedagógico pelas mãos de Rosvita, que, com muita diligência, realizava releituras das obras de Terêncio, acrescentando valores cristãos às peças. Tinha a sensibilidade de perceber que o teatro pagão poderia ser substituído e reaproveitado por uma visão cristã.

*"Muitas vezes enrubesci por ter de escrever a respeito da detestável loucura dos amores ilícitos e de inconvenientes colóquios amorosos coisas às quais não devemos prestar atenção. Mas se, envergonhada, eu não tratasse desses assuntos, não conseguiria atingir meu objetivo, que é o de celebrar o louvor das almas inocentes. Na verdade, quanto maior parece a sedução dos amantes, tanto maior a glória do auxílio divino"* (ROSVITA apud LAUAND: 1986, 31).

O enredo desta peça em especial, que tomaremos para uma análise mais atenta por ser representativa de uma certa estratégia pedagógica adotada pela monja, é a história da Santa Sabedoria e suas três filhas, Fé, Esperança e Caridade, que, ao praticarem a religião cristã, foram denunciadas ao imperador Adriano. As meninas então são levadas á presença do Imperador junto com a mãe, interrogadas e estimuladas a abandonar a fé cristã. Insistindo na prática cristã, todas as três meninas, uma por uma, são mortas. Então sua mãe Sabedoria, depois de enterrar os corpos das filhas, roga a Cristo que a leve também para o céu, desejo que é atendido.

Nesta peça, Rosvita promovia a exaltação à virgindade e ressaltava o apelo para que as mães encaminhassem suas filhas para o mosteiro, animando-as com a idéia do matrimônio espiritual que teriam com Cristo, sendo as mães denominadas sogras de Cristo, uma posição social invejável. Com muita sutileza e inteligência, sabedoria seria reafirmar as virtudes como a fé, esperança e caridade. Rosvita também nos educa no desenrolar desta peça, pois dramas como este trazem acoplados ao enredo aulas, neste caso, de matemática, explicando, desenvolvendo e exemplificando conceitos fundamentais de aritmética para a época.

Um certo “feminismo” parece que também esteve presente, pois enquanto

apresentava suas personagens femininas como belas, fortes e cultas, os homens eram representados como cruéis, rudes e ignorantes. Como sinal de sua inteligência, a família composta pelas quatro mulheres eram vinculadas à Cristo, e os homens, em sentido oposto, professavam lealdade ao paganismo. Os suplícios são descritos de forma explícita, e mesmo quando nada acontecia com as meninas, num profundo sentimento do milagre da fé, os homens continuam insistindo em lhes dissuadirem, aumentando a crueldade da tortura. Rosvita de Gandersheim mexe com o mais profundo de nossos sentimentos, confrontando nosso corpo e alma com o que cada um carrega como divino.

Outra mulher erudita é Hildegard de Bingen (1098-1179), uma mística da região da Germânia, autora de 70 sinfonias, escritora que abordava temas como o cosmos, a alimentação, a cura e o papel das mulheres. Filha de uma família pertencente à nobreza, desde sua primeira infância causava espanto à sua volta. Relatava visões a partir dos cinco anos de idade, realidade que parecia estranha aos que a escutavam. Aos oito anos foi confiada a uma jovem de família nobre para ser educada, que levava uma vida reclusa no mosteiro dúplice de Desibanberg, perto de Alzey, onde moravam.

Teve uma infância doentia devido à sua saúde frágil, porém iluminada pelas visões mantidas em segredo. Ao alcançar a idade propícia, em torno dos quatorze anos, decidiu tornar-se religiosa. Hildegard aconselhava-se com um monge do mosteiro de São Disibod, Volmar, que se tornou o seu conselheiro, assistente e amigo durante quase trinta anos. Anos mais tarde, Hildegard foi eleita abadessa.

Suas visões foram relatadas em livros como Scivias, que traz explicações detalhadas de suas visões em forma de imagens.

“Diz e escreve, não segundo a boca do homem, nem segundo a inteligência de uma invenção humana, nem segundo a vontade de compor humanamente, mas segundo o que vês e ouves das celestes maravilhas vindas de Deus.” (PERNOUD: 1996, 17).

Os relatos de curas realizadas por Hildegard são muitos, sua fama se espalhava, e fiéis vinham ao seu encontro para rogar pelo fim de suas moléstias. Muitas cartas, correspondências trocadas com monges, papas, cardeais, príncipes e reis nos remetem a um número de fontes onde transparecem a confiança e respeito que eram depositados na abadessa. A exemplo disso vimos Barba Ruiva, o grande imperador, sucumbir ao ouvir o que a frágil religiosa tinha a lhe dizer. Uma das visões de Hildegard apresenta um homem em pé, braços estendidos, no centro de um círculo que simboliza o mundo, imagem que se tornou familiar na obra de Leonardo da Vinci.

Hildegard detinha um profundo conhecimento de botânica, reconhecendo plantas, ervas e frutas, e de zoologia. Para ela, o estado natural do homem era o de um ser saudável, sistema único de movimento entre corpo e alma. Autora de uma verdadeira enciclopédia de ciências naturais e de medicina, suas obras tratavam com distinta admiração dos cuidados às reservas da natureza, com que os ecologistas contemporâneos iriam ficar imensamente admirados.

Em 1150 fundou próximo a Bingen, um convento consagrado a São Rupert e em

1165, o de Eibingen, do outro lado do Reno, convento que é conservado até hoje, e que recebeu o nome de Santa Hildegard.

As narrativas das religiosas que acompanhavam Hildegard relatavam que, na velhice a abadessa estava tomada de desgosto pela vida e desejava a cada dia ir morar com Cristo. Faleceu aos 82 anos no convento de Einbingen, sofrendo das enfermidades que sempre a acompanharam. Apesar de suas diferenças, ambas foram mulheres que tiveram e souberam aproveitar as oportunidades de serem ouvidas, com tamanha inteligência e astúcia, que deixa claro para todos nós que elas eram especiais, vozes que sopravam como vento e brilhavam como o sol.

## Bibliografia

LAUAND, Luiz Jean. Educação, Teatro e Matemática Medievais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

PERNOUD, Régine. Hildegard de Bingen. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

A personagem histórica de Joana d'Arc, embora romantizada em obras de literatura, foi uma figura marcante pela sua trajetória e pelo paradoxo que sua biografia abriga. Aquela que começou sua fugaz carreira como camponesa, chegou a dirigir o exército do rei da França, foi queimada pela Inquisição, e hoje é considerada santa e padroeira da nação que procurou defender e libertar, nos árduos anos anteriores à metade do século XV, durante um período conhecido pela Guerra dos Cem Anos.

Joana d'Arc nasceu em janeiro de 1412, durante um período conhecido como a Guerra dos 100 anos, que se iniciou em 1337, conflito este que marca a disputa entre Inglaterra e França pela região de Flandres. Este território, reivindicado pela França, obtinha grande investimento inglês, principalmente no setor têxtil, além da disputa pelo poder da região. Esta guerra aconteceu em território francês, e durante o período, teve vários intervalos. Nosso objetivo é retratar a história desta filha de camponeses, embora sobre seus pais não tenhamos vasta biografia. Sabe-se que a mãe, além de muito religiosa, ensinou para Joana o serviço doméstico. O pai obteve alguma importância, pois foi nomeado chefe dos aldeões. Joana tinha uma irmã e dois irmãos, sendo que o mais novo lhe acompanharia até sua captura.

“Joana, portanto, veio a um mundo manchado pela desordem política e econômica, e o tom moral da sociedade refletia isso. Os abusos ocorriam à solta; o campo morria de fome, enquanto a corte real vivia no luxo. A atmosfera da época era uma nuvem negra de depressão e entropia. Foi contra esse cenário cinza-pardo que surgiu a moça de armadura branca em seu cavalo negro.” (GORDON: 2000, 32).

Joana ouvia vozes. E ouvir vozes no século XV era pecado, pecado este que a levaria ser queimada viva, condenada pela igreja. Na Idade Média somente o clero era o intermediário entre Deus e os homens, e quem se manifestasse contra os ensinamentos ministrados corria o risco de ser queimado como herege. Ou seja, herege era o indivíduo que ia de encontro aos dogmas da igreja. É importante salientar que Joana jamais se afastou de sua crença, Joana possuía fé e acreditava em Deus e nas vozes que ouvia.

Mesmo sabendo dos riscos, continuou com sua luta, e manteve suas afirmações coroando um rei francês que mais tarde a abandonaria à própria sorte. Joana, além de lutar por Carlos, lutou pela libertação de seu povo. Ao chegar ao castelo real de Chinon, Joana revelou a sua missão para Carlos, o Delfim: “Libertar Orleães, coroar o rei em Reims e expulsar os ingleses da França” (Gies: 1982, 15-16). Carlos será coroado mais tarde o rei da França, mas quando Joana lhe falou sobre suas vozes ele possuía somente o título de Delfim, portanto, de sucessor direto ao trono.

É importante salientar que a jovem Joana jamais havia saído de sua aldeia natal,

não sabia ler e, como todas as mulheres desua época, não tinha tido acesso às táticas de batalha. A aldeia de Joana chamava-se Domrémy, e é atualmente província da Lorena. Joana, tendo a certeza de que conseguiria coroar um rei francês, foi ao seu encontro. Sabe-se que tiveram uma audiência e que durante a conversa Joana convenceu o rei a lhe enviar direto para a cidade sitiada de Órleans. Nesta cidade, Joana venceu sua primeira batalha. Ela, enquanto mulher, rompeu a barreira do determinado para o seu gênero, e foi diferente neste momento em que ela sai de sua terra e vai lutar pelo que acredita: de donzela camponesa iletrada, transforma-se em mito.

“As pessoas que conheceram Joana sentiram-se transformadas, capazes de fazer coisas impossíveis. Isso se deve ao fato de terem visto fazer coisas que jamais haviam visto alguém fazer. E, por um tempo sua fé pareceu justificada, porque ela foi admiravelmente bem sucedida.” (GORDON: 2000, 77).

E, no marcante ano de 1429, libertando a França, La Pucelle Joana ajoelha-se aos pés de seu agora rei Carlos, chorando. Apesar de tudo, ela havia vencido, cumpriu sua palavra, não renegou as vozes. Contra todas as convicções da Idade Média, contra todo o descrédito e todos os cavaleiros virtuosos, a heroína surgiu. Após essa conquista expressiva Joana não se satisfaz, e Paris foi seu destino. Nesse momento, Joana tem premonições de derrota, mas não desiste; capturada, é levada para o castelo de Beaulieu, perto da cidade de Noyon. A notícia da prisão de Joana correu rapidamente pela França. Logo foi solicitado ao duque da Borgonha que Joana fosse apresentada à Inquisição, para ser julgada por crime de heresia. Porém Joana não era um preso comum.

‘Para alegria de nosso bendito criador, a mulher chamada ‘a Donzela’ foi aprisionada e com ela presa serão conhecidos o erro e a louca crença de todos os que ficaram favoráveis aos feitos dessa mulher (In PERNOUD: 1996, 115).

Odiada pelos ingleses, era homenageada pelo povo francês, que fez diversas procissões em seu favor, pois já era considerada heroína. Na corte de Carlos VII havia somente um impasse: como ficaria a reputação do rei com a condenação de Joana d’Arc? Ela, em seu cativeiro, empenhou-se em duas tentativas de fuga, da segunda vez, ao cair de uma torre muito alta, perdeu a consciência, e recolhida pelos soldados, recuperou-se milagrosamente. Presa, Joana passou por todos os tipos de privações, inclusive tentativas de estupro, porém os documentos atestam que o traje masculino que vestia a protegeu. Logo foi submetida a um exame tendo em vista que começaram a chamá-la de La Pucelle, ou seja, A Donzela. O exame confirmava a virgindade de Joana. Em 1431, Joana foi entregue a Pedro Cauchon, bispo de Beauvais, para que fosse julgada. Houve alguns protestos referentes à condução do processo, e ao bispo que era o juiz, porém todos se calaram temendo represálias, pois logo a Inquisição foi convocada.

“Joana experimentou um longo período de reclusão, onde não faltaram humilhações e agressões físicas. Visando impedir, a qualquer custo, novas tentativas de fuga, cuidados especiais foram tomados para garantir a permanência da Donzela em seu confinamento. A cela era trancada a três chaves, ficando cada uma delas com um dos responsáveis por sua prisão. Vigia por uma guarda composta de cinco soldados



ingleses, Joana dormia acorrentada a uma pesada tora de madeira, e não foram poucas as vezes em que foi atacada por aqueles que viam em sua fama, em sua virgindade e em seu modo singular de se trajar um incentivo a mais para submetê-la sexualmente” (NETO& BATISTA:1985, 38-39).

Sem qualquer direito à defesa, abandonada, julgada por eventos casuais e proibida de assistir à missa, Joana a tudo suportou. Em 02 de maio de 1431, a futura padroeira da França ouviu as doze acusações proferidas contra ela. Durante o processo de acusação de Joana d’ Arc, seus inquisidores estavam vivenciando um grande dilema, pois se de um lado temiam a ira dos ingleses, caso a donzela não recebesse punição exemplar, de outro lado tentavam a todo o custo retirar de Joana uma confissão, o que não ocorreu. Foi então que a corte decidiu enviar para a Universidade de Paris as doze acusações para assim redimir-se de qualquer erro que pudesse vir a ocorrer. A Universidade de Paris, totalmente desfavorável à Joana, reforçou os doze artigos. O que mais enlouquecia Pedro Cauchon é que Joana jamais saiu de perto de sua crença, jamais renegou seu Deus, e em nenhum instante abandonou a fé. Joana acreditava e não se submetia a Igreja.

“Perguntei às minhas vozes se eu deveria me submeter à Igreja, porque vários sacerdotes me incitavam a fazê-lo. As vozes prometeram que o Senhor me ajudaria e que eu deveria confiar nele para tudo. Também perguntei se seria queimada na fogueira, e novamente disseram que eu deveria me agarrar ao Senhor, e ele me ajudaria” (SPOTO: 2009, 238).

Então, em 30 de maio de 1431, Joana foi levada à fogueira. Esta execução foi considerada tão terrível que o carrasco era orientado a cortar a garganta das vítimas ou estrangulá-las, procedimento que não foi feito no caso de Joana. Esta suportou a torturante morte, pois num misto de espetáculo e de punição exemplar, a pira foi feita muito alta para que todos vissem sua execução.

Um guarda inglês, tocado por sua situação, pegou dois gravetos do feixe a seus pés, amarrou-os em formato de cruz e entregou-os a Joana, que pôs sob seu vestido, próximo ao peito. Ela então foi arrastada para o alto e acorrentada ao poste, sempre orando em voz alta(...). O fogo e a fumaça agiram mortalmente e sem pressa; em seu último suspiro, Joana d’Arc gritou o nome de seu Senhor Jesus. Sua cabeça tombou (SPOTO: 2009, 256-257). Finalmente Joana deu um grande grito de “Jesus!” e morreu (...). Quando estava certo de sua morte, o carrasco afastou a madeira em brasa para que todos vissem que ela não escapara (...). Por ordem do cardeal Beaufort, suas cinzas foram cuidadosamente reunidas e jogadas no Sena (GIES: 2009, 242).

Após a morte de Joana, a Guerra dos 100 Anos arrastou-se ainda por mais 22 anos, porém o principal objetivo da Donzela foi alcançado, pois em 1453 nenhuma cidade francesa estava mais sob domínio inglês. Aos 58 anos, Carlos VII faleceu, mas seus esforços continuaram sendo mantidos para que o julgamento de Joana fosse revertido. Então, na Catedral de Rouen, em 1456, o julgamento de Joana foi anulado. Neste momento de anulação não houve nenhuma glorificação de Joana, e nenhum de seus inquisidores sofreu qualquer tipo de julgamento.

Durante muito tempo, Joana foi uma protagonista local comemorada em alguns festivais realizados na sua região de origem. Durante os séculos que se passaram, a Guerra dos Cem Anos fez parte de um passado sombrio que todos desejariam esquecer.

Somente no século XIX, com a fase nacionalista que se seguiu à Revolução Francesa, quando personagens desvinculados da nobreza começaram a emergir para a história, Joana passou a ser vista com interesse. Em 1869 foi dado início ao processo de sua canonização. Porém, somente em 1909, Joana foi beatificada na basílica de São Pedro em Roma em 18 de abril, e finalmente canonizada em Roma em 16 de maio de 1920, chegando a ser hoje a santa Padroeira da França.

### Bibliografia:

BATISTA NETO, Jônatas & BATISTA, José Alberto. Joana d'Arc. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

GIES, Frances. Joana d'Arc, A lenda e a realidade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

GORDON, Mary. Joana d'Arc Breves Biografias. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

PERNOUD, Régine. Joana d'Arc A mulher forte. São Paulo: Editora Paulinas, 1996.

SPOTO, Donald. Joana d'Arc Uma Biografia. São Paulo: Editora Planeta, 2009.



**ESTUDOS  
CULTURAIS  
DA IDADE MÉDIA**

Religiosidade e poder

## 11. O mal e suas figurações na Idade Média

David Orling

Quando falamos de Idade Média, uma riqueza cultural se apresenta não como algo distante ou ultrapassado, mas como sentido de pertença e de associação, visto que fomos colonizados por portugueses que haviam acabado de sair daquela época. Desse período histórico, lembramos dos feudos, das cruzadas, do poder dos reis, do comércio e também da religiosidade. Aliás, falar de Idade Média sem considerar a religião é falar de um tempo sem poder lê-lo corretamente, porque naquele período muito se viveu entre a cruz e a espada. Desse modo, ao estudarmos sobre esse período, logo identificamos a profunda influência religiosa nas atitudes e nas crenças dos homens e das mulheres daquele momento. Por isso, os mil anos de Idade Média se confundem com a religiosidade cristã, com suas crenças, seus ritos, suas esperanças, suas condenações e seus medos de tantas coisas, mas principalmente do mal, estereotipado em espíritos e demônios.

No tempo em que vivemos, muitos ainda levam suas vidas guiados pela experiência religiosa e também sentem medo de espíritos e de demônios. Ainda como sociedade, possuímos uma reminiscência coletiva de um certo demonismo. Outros tantos afirmam que espíritos e demônios são apenas projeções dos impulsos emocionais do próprio homem, tudo “doença neurótica”. Justificam-se citando a Inquisição medieval e o *Malleus Maleficarum* e dizem que graças à descoberta do inconsciente se desvendaram os princípios da onipotência do pensamento, que nada mais é que a justificativa da existência do demônio para se livrar de atos cuja origem seriam apenas impulsos neuróticos.

Os medos, intensificados por um controle rígido da Igreja Medieval, eram sentidos tanto pelas populações mais atrasadas, como pelos homens cultos daquele período, que se ancoravam numa visão animista do universo, como diz Jean Delumeau, em seu livro *História do Medo no Ocidente*. Nesse tempo, o mal para eles estava presente em tudo, e acreditar em casas mal assombradas, por exemplo, era algo tão vivencial que até contratos locatários podiam ser discutidos à luz das possíveis assombrações, como escreve Delumeau citando o jurista Pierre Le Loyer, conselheiro do tribunal de Angers:

Se existe, escreve ele, medo justo e legítimo dos espíritos que assombram uma casa, perturbam o repouso e inquietam a noite, [se portanto] o medo não tiver sido vão e o locatário tiver tido alguma razão de temer, nesse caso o locatário permanecerá quite dos aluguéis pedidos, e não de outra forma, se a causa do temor for considerada justa e legítima (2009, 123).

De certo modo, podemos perceber na cultura medieval o conceito de demonização, que nada mais era do que um maniqueísmo simplista do puritanismo

religioso cristão dominante, no qual se delineia uma guerra entre o bem e o mal. Mas além desse conceito, os escolásticos diziam *malum est in bono sicut in subiecto*, que significa o mal é um parasita do bem. Entre os medievais também circulava a idéia de que *malum est carebtia seu absentia boni debiti*, quer dizer, o mal, em qualquer sentido, consiste na ausência de uma perfeição que deveria estar presente na natureza, em determinado ser ou na sociedade. Em outras palavras, os medievos acreditavam que o mal era aquilo que contrariava um plano determinado ou que desarrumava uma ordem estabelecida pela Igreja de coisas às quais eles estavam habituados.

Uma das maiores dificuldades dos medievais estava no fato de terem de conviver com forças naturais e psíquicas que não conheciam ou dominavam. Desse modo, a tudo procuravam dar sentido pelo fenômeno mágico que, em geral, era entendido pelas pessoas como algo presente e responsável pelas mazelas do povo. Nesse contexto, por mais que pesquisemos, temos dificuldades em entender estes fatos, porque saem de nosso domínio, e negar uma realidade vivenciada por inúmeras pessoas é somente suprimir uma parte da realidade de um tempo que não é o nosso, e que não nos dá toda a dimensão existencial dos que viveram naquela época. Não nos cabe julgar os medievais porque estaríamos negando parte da realidade do mundo simplesmente por não combinar com a teorização pobre que nos permite o deficiente instrumental científico do qual dispomos. Julgá-los seria adaptar a realidade daquela época ao que nos convém.

Uma questão interessante relativa ao mal está no fato de que na Idade Média as pessoas não faziam distinção entre uma vida espiritual e uma vida física. As duas existências eram como que uma simbiose na qual o humano deveria fazer de tudo para que a vida espiritual prevalecesse, fugindo, desse modo, do mal que espreitava os mais fracos. Os medievais, nesse contexto, não pensavam que além de várias realidades de sofrimento, para eles sobrenatural, existisse a possibilidade de intervenção e de explicação distinta daquela apresentada pela cultura religiosa. Para eles, era real em suas mentes uma inteligência e uma mentalidade independentes atuando no mundo físico por força paranormal, operando fatos objetivos que intervinham na vida pessoal e social, mesmo que fosse muitas vezes em total contrariedade a vontade e a interesses da Igreja ou de quem quer que fosse.

Acreditar em anjos era tão natural que lhes conferiam sentido e poder pintando-os ou mantendo imagens dos protetores nas casas e nas igrejas: os anjos eram os protetores que guardavam as pessoas das forças malignas e das condutas erradas. Da mesma maneira, a crença em demônios estava presente no mundo medieval de tal maneira que muitas pinturas da época mostravam os seres malignos exercendo pressão, oprimindo e arrastando pessoas para o inferno. Eles acreditavam que os demônios podiam aparecer e enganar as pessoas a todo o momento, como diz José Rivair Macedo, em seu livro *Religiosidade e Messianismo na Idade Média* (1996): “tomando a aparência de jovens belíssimas, provocavam nos homens o desejo sexual excessivo, chamado luxúria; como rapazes atraentes, seduziam as mulheres levando-as ao pecado carnal” (1996, 33). Também o mal era representado muitas vezes com sua “verdadeira” aparência, como diz Rivair Macedo: “sem disfarces, ele era horrível,

aterrador. Sua nudez revelava de imediato a impureza, a distância que o separava de Deus: cara muito magra, olhos muito negros, chifres pontudos e imensas orelhas peludas, corpo disforme e grotesco” (1996, 33).

O mundo sobrenatural era tão presente, que para eles não se tratava de lidar com postura mental, de pensamento positivo. Neste sentido, podemos entender porque as pessoas entregavam para a Igreja muitos dos seus recursos, procurando se livrar do mal e recebendo as bênçãos do divino. Eles não pensavam que estavam lidando com nada mais do que suas representações imaginárias, suas próprias ilusões e miasmas oníricos.

Quando o povo identificava a atuação de forças estranhas e o efeito do mal como coisa sobrenatural, não lhes interessava saber o que significava essa linguagem, apenas consideravam que tudo era tão real, tão presente, que os significados ficavam em segundo plano. Nesse contexto, interessante é encontrar padres e bispos que ignoravam totalmente o mal vivenciado pelo povo. Não porque suas vivências fossem diferentes, mas porque não davam conta de uma infinidade de crenças e de mistérios que não podiam resolver. Mas esses religiosos conheciam muitas práticas como, por exemplo, o exorcismo, pois muitos deles estudavam o Ritual Romano mais especificamente a Ordem Menor do Exorcizado. Mesmo assim, os religiosos daquela época sabiam que a Igreja nunca havia apresentado uma doutrina sobre o mal. Dessa maneira ficavam reconhecendo o mal, mas o ignorando como se ele nada tivesse a ver com a vida religiosa. Obviamente isso começaria a mudar com a Inquisição, que daria conta de ver o mal em absolutamente tudo.

Quando a Europa começou a viver a Inquisição, o que ficou notório foi a falta de diálogo, tendo desse modo se propagado cada vez mais o fanatismo, que sempre parecia agir em nome de algum ideal. Era fácil nessa época encontrar gente fanática muitas vezes confundindo-se com idealistas. Afinal, idealistas e fanáticos têm muito em comum, como a devoção a uma causa “sagrada”, a crença inabalável na justiça dessa causa, bem como a disposição de fazer qualquer coisa por aquilo que acreditam. Talvez seja por isso que muitos idealistas medievais quando se permitiram em nome da fé usar quaisquer meios para atingir seus objetivos, acabaram se tornando fanáticos que a todos perseguiram, torturavam e matavam.

Com a Inquisição, a Igreja Católica se apoderou do mal, legislou sobre ele, e disse que a partir de então os religiosos identificariam o mal, mesmo que não o fosse. Desse modo, a própria Instituição Católica se tornou adepta de uma cultura idólatra que submeteu a diversidade ao seu querer. Apelaram para Deus, para a Fé, para a História e para a Justiça Eclesiástica, a fim de legitimar seus direitos absolutos sobre o povo e sobre sua falta de diálogo. Pensaram e maquinaram em suas mentes o que fariam com todos os que desobedecessem suas ordens e questionassem seus domínios. Violaram a liberdade de todas as pessoas, submetendo-as ao medo, que, a partir de então, já não era apenas das forças sobrenaturais.

A Idade Média precisaria entrar em declínio para só então o mal começar a ser visto sob novos olhares. Não mais forças oníricas e presenças malignas seriam as detentoras do mal sobre a terra, mas relações políticas e culturais fazendo com que

novas perspectivas e estudos sobre as coisas que eram ditas e ensinadas fossem necessários para entender todo o mal, fosse ele imaginário ou real, como o causado pela religião política. Para James A. Haught, em seu livro *Perseguições Religiosas – Uma história do fanatismo e dos crimes religiosos*, a religião foi a responsável pela matança na Europa. Ele diz que:

Quando a religião era todo-poderosa na Europa, ela produziu o banho de sangue épico das Cruzadas, as câmaras de tortura da Inquisição, o extermínio em massa dos “hereges”, centenas de massacres de judeus e trezentos anos de queima de bruxas. A cisão da Reforma liberou uma torrente de ódio que tirou milhões de vidas em uma dúzia de guerras religiosas. A “Idade da Fé” foi uma era de santa matança. Quando a religião gradualmente deixou de controlar a vida diária, o conceito de direitos humanos e de liberdade pessoal se enraizou. (2003, 14).

Com o declínio medieval, a Europa teve que reinventar-se em todas as áreas. Novos mundos, novos horizontes, novas descobertas estavam cada vez mais fazendo parte de uma sociedade muito rica, mas em um processo de transformação. Nem mesmo a Igreja, outrora tão poderosa, poderia interromper os novos ares que varriam o mundo medievo. As antigas crenças em magias e em liturgias começariam a ceder lugar para as reflexões de pessoas desprendidas do poder religioso. Só a partir de uma visão não mais teocêntrica e sim antropocêntrica, o homem começaria a lidar com novas possibilidades de percepção do mal e teria que rediscutir aporias clássicas atinentes ao mal como a de Epicuro (341 – 270 a.C), como fez Voltaire, que diz:

Deus ou quer impedir os males e não pode ou pode e não quer; ou não quer nem pode; ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente – o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso – o que, do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer nem pode, é invejoso e impotente; portanto, nem mesmo é Deus. Se quer e pode, que é o único conveniente a Deus, de onde provém, então, a existência dos males? Por que não os impede?

## Bibliografia:

BECKER, Idel Eira. *Pequena História da Civilização Ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

DELUMEAU, Jean . *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HAUGHT, James A. *Perseguições Religiosas – Uma história do fanatismo e dos crimes religiosos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MACEDO, José Rivair. *Religiosidade e Messianismo na Idade Média*. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira. *As heresias Medievais*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

Na Idade Média, a morte foi domesticada nos corações. Desejada pelos guerreiros, aguardada pelos religiosos, temida por ser inesperada, a morte foi sentida como um rito de passagem para um outro mundo, o Além. Os medievais percebiam o Além como uma realidade: a Idade Média foi o tempo do Além. A preocupação com o post-mortem foi uma constante em suas vidas. Sendo vista de diversas formas ao longo da história, o ser humano usa de diversas explicações para o fenômeno, em sua maioria ligadas a um intuito religioso. Aqui pretendo demonstrar como houve uma transformação ao longo dos séculos XII ao século XVI, aproximadamente, de suas representações.

Com a religião cristã fortalecida entre os ocidentais no período medieval, e com vistas no judaísmo ainda preservado em aldeias e guetos pela Europa, delimitaríamos o quadro em pensar o problema da morte sob as duas grandes influências das religiões bíblicas, sendo que o cristianismo agrega à morte a figura de Cristo e a idéia da ressurreição. Apesar da hegemonia cristã, a filosofia grega tinha outros postulados a respeito da morte e do que haveria depois. Desde Homero, seu mais antigo poeta, os gregos falam e debatem sobre a morte e o post-mortem. Entre eles não há propriamente a idéia de outra vida, simplesmente uma zona imensa de obscuridade por onde transitam eidolons, as sombras imateriais do corpo.

Na tradição hebraica, corpo e alma são interligadas, resultando assim que impureza, doença ou similar físico significaria que o espírito também estaria doente e impuro por identidade. Tal seria uma pessoa pecaminosa, pois impureza é pecado, e não herdaria o paraíso na hora do julgamento final. A doença funcionava como castigo divino, operando como penitência e purificação.

Na idade média o homem entendia a morte como uma transição, ou melhor, dizendo uma passagem da vida terrestre de corruptibilidade para o paraíso, que seria explicado de certa forma no livro Doutrina para crianças (1275) de Ramon Llull, que compara o paraíso com um jogo de xadrez:

Quando estiveres sentado diante o tabuleiro de xadrez, faça este cálculo: compara a primeira casa com toda a bem-aventurança deste mundo, na segunda coloca toda a bem-aventurança que existiria em dois séculos semelhantes a esse, e na terceira casa coloca toda a bem-aventurança de quatro mundos; e assim multiplica a bem-aventurança por todas as casas do tabuleiro; e quando as casas do tabuleiro não te bastarem, faz mais casas das estrelas do céu, das gotas de água do mar, dos grãos de areia e de todos os pontos que couberem entre o céu e a terra; e quando tudo isso não te bastares para multiplicar o número, pega todos os números que estiveram, estão e estarão no tempo pretérito, presente e futuro. Caso possas fazer isso, ainda assim não será o suficiente para comparar a glória de todos os séculos ditos acima com a glória do Paraíso, pois toda esta glória dita acima será finita, e a celestial Glória nunca terá fim (RAMON LLULL, Doutrina para crianças, cap. C, 9).



...E o inferno a uma grande caldeira:

Filho, para que tenhas temor do fogo infernal que dura todo o tempo, vê a fornalha onde fazem o vidro e o forno onde cozinham o pão, e considera estar uma hora naquele fogo (...) Quando vires fundir o chumbo, o ouro e a prata, imagina um buraco cheio de chumbo ou ouro fundido. Se tu estivesse na boca desse buraco, terias pavor quando te ligassem as mãos e os pés e o colocassem em um saco, amarrando uma grande pedra em teu colo e te jogando no buraco. Logo, tenhas pavor, filho, desse fosso cheio de ouro e prata fundida, onde estão os homens que por ouro e prata perderam a glória de Deus (RAMON LLULL, Doutrina para crianças, cap. XCIX, 7-8).

Sua geografia infernal é bem hierarquizada. Logo de início ele divide o Inferno em quatro espaços:

O Inferno está no meio de um lugar que fica dentro do coração da Terra. Tal lugar é trancado e fechado, e ali existe pena por todos os tempos. Esta pena acontece em quatro lugares: o Inferno, onde estão os danados que nunca sairão; o Inferno chamado Purgatório, onde o homem cumpre penitência pelas coisas que não cumpriu neste mundo; o terceiro Inferno, chamado Abraão, lugar onde entraram os profetas que viveram antes do Filho de Deus ser encarnado, e o quarto Inferno, onde entraram as crianças que não foram batizadas. (RAMON LLULL, Doutrina para crianças, cap. XCIX, 1).

Este seria o Além explicado por Llull, influenciado ou não por pensamentos franciscanos, uma vez que monges faziam missões pela Europa. Os religiosos ofereciam referências religiosas, e usavam representações iconográficas com exemplos de santos, cavaleiros e usurários, cada um com seu tipo de morte: enquanto o religioso esperava por sua morte, o cavaleiro ia até ela, e o usurário a temeria, pois iria com certeza para o inferno em meio dos demônios. Todos estavam cercados pela morte. Exemplo de canto dos cavaleiros ao partir para batalha: Bertrand de Born (1159-1197) nos fala das flores e folhas coloridas, das aves que cantavam e dos cavaleiros que gritavam “Avante”:

Digo-vos, já não encontro tanto sabor no comer, no beber, no dormir como quando ouço grito “Avante!” elevar-se dos dois lados, o relinchar dos cavalos sem cavaleiros na sombra e os brados “Socorro! Socorro!” quando vejo cair, para lá dos fossos, grandes e pequenos na erva; quando vejo, enfim, os mortos que, nas entranhas, têm ainda cravados os restos das lanças, com as suas flâmulas. (citado em BLOCH, 1987: 307).

Foi um pensamento que assombrou e motivou os medievais, levou-os à loucura e à guerra, motivando religiosos a se aproveitarem para vender indulgências, a levar nobres para guerras ditas santas, influenciou artistas, músicos, atores, entre outros. Ninguém poderia fugir da morte, e Llull relata isso também:

Filho, sabes por que a morte é temível? Porque não podes fugir dela e não sabes quando ela te levará. Assim, se temes a morte, que não pode te matar mas somente teu corpo, temerás a Deus, filho, que pode colocar teu corpo e tua alma no fogo perdurável (RAMON LLULL, Doutrina para crianças, cap. XXXVI, 9).

Tudo se resumia em para onde irei depois desta vida terrena. O Além que imaginamos hoje foi produzido durante muito tempo por religiosos, e como já vimos que Ramon Llull ensinará em seu livro, a morte vinha como um demônio que tira a vida, todos a temiam, não pelo simples fato de morrer, mas sim por causa do “para onde irei”.

Segundo Áries, somente a partir dos séculos posteriores a recusa e o pavor da morte invadiram extensões inteiras da civilização ocidental. E nos séculos XIV e fim do XV, encontramos os temas da morte carregarem-se de um sentido erótico. Assim, nas representações mais antigas da morte como uma ‘dança macabra’, quando a morte tocava o vivo era para avisá-lo ou designá-lo. Na nova iconografia do século XVI, ela o viola, como observamos nos quadros de Hans Baldung, *Lê Chevalier, la fiancée et la mort*, no museu do Louvre, e *La morte et la jeune femme*, no museu da Basílica.

A partir do século XVI ao XVIII, cenas ou motivos inumeráveis na arte e na literatura associam a morte ao amor, Thanatos a Eros, que Sigmund Freud explicará como dois elementos centrais no psiquismo, Thanatos sendo uma “pulsão da morte”, enquanto Eros, uma “pulsão sexual”. Temas erótico-macabros ou temas simplesmente mórbidos se apresentam nos espetáculos da morte, sofrimento, suplício público, com carrascos e fogueiras dos tribunais de Inquisição que se espalharam por boa parte da Europa. A figura da bruxa oportunizou uma aproximação da morte enquanto espetáculo público com o sexo, naquele contexto, demoníaco. Tanto a morte quanto o sexo desviava o homem comum da sua vida cotidiana habitual, levando-o a um novo universo de paroxismo e lançando-o em um mundo irracional, violento e cruel.

Havia um ritual da morte que se fixou durante a primeira metade da Idade Média, e que foi submetido a grandes mudanças, sobretudo nas classes superiores. Após ter sido parcialmente encoberto, demorou voltar a transparecer, sendo reencontrado nas fábulas de *La Fontaine* ou em narrativas de Tolstói, e tudo leva a crer que esse ritual, dividido em quatro partes era realizado entre ricos e pobres. Porém, entre o final do século XII e XIII, o morto era transportado diretamente no sarcófago de pedra para onde seria enterrado com o rosto a descoberto, mesmo que, rico e poderoso, estivesse com o pallium (pano mortuário) feitos de tecidos finos.

A partir do século XIII o rosto do morto foi oculto aos olhares, seja porque o corpo fosse costurado dentro da mortalha, seja porque fosse encerrado em um caixão de madeira ou de chumbo – um ataúde. Criou-se o hábito, já previsto desde há muito nos rituais, e seguramente pouco seguido na prática comum, de colocar o corpo diante do altar durante pelo menos três missas cantadas, previstas para a salvação de sua alma. Em algumas regiões houve certo recuo diante do cadáver e de sua exposição na igreja. Nota-se que países nos quais os corpos permaneceram por mais tempo à descoberto, como na Itália, foram também os mais refratários às correntes macabras do século XV, ou seja, à representação do cadáver decomposto ou da múmia.

Outra representação da morte é sugerida pela prática da confecção e uso de máscaras mortuárias que surgem a partir do século XIII. A máscara era moldada sobre o rosto do morto, e era feita assim para alcançar uma perfeita semelhança com o do cadáver. Era também usada para simular o retrato do morto sobre seu túmulo. Estas obras evidenciam os traços cadavéricos não da forma como a fotografia instantânea e realista: se hoje dizemos que um retrato é feito “ao vivo”, naquela época era feito “ao morto” e não se via diferença – era sempre para parecer vivo.

Pelo que se supõe nos poemas de cavalaria e na arte da escultura medievais, o luto perdera sua força. Áries relata que a atitude da assistência foi a que mais mudou, e se o

moribundo manteve o papel principal, os assistentes não são mais os figurantes de outrora, passivos, refugiados nas preces e que, em todo caso, do século XIII ao XVIII já não manifestavam as grandes dores como nos relatos dos tempos de Carlos Magno ou do mítico rei Artur. Aproximadamente, desde o século XII o luto excessivo da Alta Idade Média efetivamente ritualizou-se. A família poderia e teria o direito de manifestar e reclamar suas dores, pois o que se transforma até o século XIX não é o temor da morte de si, mas sim o da morte do outro.

Durante segunda metade da Idade Média, conhecida como Baixa Idade Média, houve algumas mudanças, e o momento da morte toma juízo mais particular, porém com ainda a presença de familiares e amigos próximos, mas vemos em representações, por exemplo das artes moriendi do século XIV e XV, que o juízo não mais se passa em um espaço interplanetário, e sim à beira do leito, e começa quando o moribundo ainda respira. É ainda em vida que se dirige como um acusado a seu advogado, com a Virgem Maria, mãe de Deus à sua frente, em frente ao leito, e o diabo atrás reclamando seus direitos. Cabe então ao moribundo escolher para onde deseja ir, nesta imagem se percebe então que o juiz é o próprio homem, ele quem decidirá o seu novo caminho. A grande reunião que nos séculos XII e XIII tinha lugar no final dos tempos se faz então, a partir do século XV, no quarto do enfermo.

Ao fim da Idade Média e começo dos tempos modernos, o homem amou loucamente as coisas da vida. O momento da morte provocou um paroxismo da paixão traduzido pelas imagens das artes moriendi e, melhor ainda, por seus comentários. Neste contexto, os religiosos já estavam tomando medidas adequadas para a salvação cristã com o testamento. O testamento foi o meio religioso e quase sacramental de associar riquezas à obra pessoal da salvação e, no fundo, de guardar o amor pelas coisas da terra ao mesmo tempo em que delas se separava, sendo o testamento um contrato de seguros concluído entre o testador e a Igreja, vigário de Deus. Um contrato com duas finalidades: primeiramente, a de “passaporte para o céu” – segundo a palavra de alguns historiadores, que garantia os laços com a eternidade e os prêmios que eram pagos em moeda temporal: os legados devotos; mas também a de salvo-conduto na terra para o desfrute, assim legitimado, dos bens adquiridos durante a vida, e desta vez os prêmios dessa garantia eram pagos em moeda espiritual: em missas, preces e atos de caridade.

## Bibliografia:

ÀRIES, Philippe. História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias; tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

. O Homem diante da morte. Rio de Janeiro: F. Alves. 1989.

COSTA, Ricardo da (Ufes)

In: Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPUH-ES – História, Representações e Narrativas: A Morte e as Representações do Além na Idade Média: Inferno e Paraíso na obra Doutrina para crianças (c. 1275) de Ramon Llull

## 13. Templários: o exército de Cristo

Bruno Muller Barsante

Duas décadas após a tomada de Jerusalém pela primeira Cruzada, em 1099, os cristãos ainda tinham dificuldades de estabelecer o controle da região. E para enfrentar as dificuldades constantes impostas pelos árabes e proteger as fronteiras, era necessário um exército. A conquista latina tornou a peregrinação a Jerusalém mais fácil, mas ela ainda era muito perigosa. A partir do Concílio de Clermont, em 1095, a Igreja mostrou preocupação em garantir a segurança da peregrinação, o que era responsabilidade dos Estados latinos dos quais vinham esses peregrinos.

Três autores escreveram sobre a gênese da ordem: Guilherme de Tiro (1130-1186), arcebispo de Jerusalém e um dos maiores historiadores da Idade Média, Tiago de Vitry (1160/70-1240), bispo de Acre, e Ernoul (-1230) um cavaleiro que lutou a serviço de Ballian de Ibelin, e negociou a retomada da Cidade Santa com Saladino em 1187, cujos são continuação da obra de Guilherme de Tiro.

Dentre esses autores, Ernoul tem um escrito no qual descreve a origem dos Pobres Cavaleiros de Cristo:

Quando os cristãos conquistaram Jerusalém, um número bastante grande de cavaleiros se reuniu ao redor do Santo Sepulcro e muitos vindos de outras terras também se dirigiram para lá. E obedeciam ao prior do Santo Sepulcro. Bons cavaleiros se ofereceram à missão de guarda do Santo Sepulcro.

Inspiravam-se entre si e diziam: “Deixamos nossas terras e nossos amigos, e aqui viemos para levar e exaltar a lei de Deus. E paramos aqui para comer, beber e ter gastos sem nada a fazer? Não agimos e nem fizemos ações armadas? Sendo isso necessário nesta terra. Façamos um de nós o Mestre que na ausência do nosso prior nos conduzirá a batalha quando se fizer necessário”. (DEMURGER, 2002, p 31.).

Segundo Ernoul, aqueles que viriam a fundar a ordem do Templo saíram do círculo de cavaleiros do Santo Sepulcro e receberam soldo dos cônegos para prestarem o serviço militar. Embora neste texto Ernoul não cite nomes, entre esses cavaleiros, muito provavelmente, figurava Hugo de Payns e Godofredo de Saint Omer, que aparecem entre aqueles cavaleiros que contestavam a tutela dos cônegos do Santo Sepulcro, almejando agir e combater. Cônegos são sacerdotes que vivem sob uma regra, que obriga a realização de funções litúrgicas.

Caso aceitemos esta hipótese, devemos reconhecer que esta ordem militar e religiosa surgiu para ajudar os peregrinos e à Terra Santa. A relação entre religiosidade e militarismo fica explicitada, no trecho escrito por Tiago de Vitry:

Aqueles cavaleiros agradáveis e devotos a Deus, transbordantes de caridade, tendo renunciado ao mundo e se dedicado ao serviço de Cristo por fé e votos solenes, se incubem, notadamente de proteger as vias públicas e de combater em nome do soberano rei, vivendo como cônegos regulares, na obediência e na castidade, sem nada possuírem de seu (BERNET, 27).

Quanto à datação para o início da ordem, Guilherme de Tiro menciona duas

referências, ele escreve que “ao longo do nono ano de existência do Templo, por ocasião do Concílio que se realizou na França, em Troyes... instituiu-se uma regra para eles” (DEMURGER: 2002, 33). A outra referência consta no prólogo da regra do Templo:

Entre as preces do Mestre Hugo de Payns, sob o qual a cavalaria teve sua origem pela graça do Espírito Santo, reuniam-se em Troyes clérigos de diversas províncias do outro lado da montanha, na festa de monsenhor Santo Hilário, no ano da encarnação de 1208, o nono ano do começo da acima citada cavalaria. (DEMURGER, 2002, 34.)

Hugo de Pays e cinco de seus companheiros viajaram para o ocidente buscando mudar a situação da nova ordem que ainda não era oficial e precisava de doações. Ele obteve uma regra para a ordem no Concílio de Troyes, o que contribuiu para a ordem florescesse na Igreja, pois a regra era baseada na doutrina de Agostinho de Hipona seguida pelos cônegos do Santo Sepulcro. Em seguida, começou no ocidente um grande movimento de doações em benefício do Templo. No Oriente Próximo, segundo Guilherme de Tiro, “[v]ê-se retornar a Jerusalém Hugo de Payns, o primeiro Mestre dos Pobres Cavaleiros de Cristo” (DEMURGER, 2002, 34).

Depois da oficialização e da criação da regra da ordem, buscava-se agora contingente militar para o Templo. Todos eram aceitos pela ordem, até mesmo os excomungados poderiam ser aceitos a título de penitência. Os templários se organizaram em quatro categorias: os cavaleiros, que eram nobres; os suboficiais, que podiam ser nobres ou não; os padres e os camponeses, que trabalhavam como empregados domésticos ou artesãos. Jovens e crianças eram oferecidos e também aceitos na ordem, apenas se dava uma idade mínima para agir na profissão, que dependendo da ordem variava de 18 à 20 anos. As mulheres eram proibidas de se juntarem aos templários, como está escrito na ordem do Templo: “O diabo, por intermédio das mulheres, afasta alguns dos caminhos do paraíso” (DEMURGER, 2002, 85).

Apesar dos votos de pobreza da ordem, em consequência de suas missões militares contra os mulçumanos (Terra Santa, Bálcãs, a Espanha), acabou se desenvolvendo um intercâmbio de finanças. Devido aos perigos no transporte nas regiões de conflito, a passagem para os cavaleiros templários por estes territórios acabou gerando negócios para a ordem e criando vínculos administrativos com chefes de Estado. Deste modo, a ordem passou a conceder serviços: transportes e até depósitos e empréstimos. O transporte de objetos, de matérias-primas e de armas também era feito freqüentemente pelos templários. Logo os serviços da ordem passaram a ser essenciais, pois a economia sofria com a falta de moedas e com a circulação lenta e perigosa das mercadorias. A ordem passou a funcionar como uma rede bancária usando suas diferentes casas ou mosteiros para as transações financeiras.

Com o êxito nos negócios, os monges guerreiros fizeram das relações políticas uma estratégia em solo islâmico, principalmente nos períodos de pressão psicológica e de falta de contingente militar na Terra Santa. Nos períodos de ascensão mulçumana como, por exemplo, no episódio de florescimento da dinastia turca dos seljúcidas, que

pretendia reunificar sob o seu poder o Oriente Médio reanimando a jihad no ano de 1130, não era possível lutar ou mesmo estender o domínio cristão nas fronteiras. As ordens militares não se deixavam levar pela vaidade dos Cruzados recém chegados, ansiosos para mostrar a fé em batalha, e buscavam acordos de paz com os infiéis mulçumanos. Para os árabes a pausa era uma estratégia de reorganizar a Jihad.

Os islâmicos viam as ordens cristãs como grupos unidos pelo fanatismo, não só cristão como antimulçumano, o que deixa claro que a acusação de culto islâmico por parte dos templários, feita por Filipe, O Belo, anos mais tarde, não corresponde exatamente aos fatos.

Os templários também fizeram uso de suas habilidades militares. Usaram formações e táticas bizantinas e mulçumanas, formavam-se em uma infantaria composta por arqueiros e por lanceiros. Além disso, combateram à maneira turca usando flechas e recrutando arqueiros entre a população palestina convertida ao cristianismo, o que seria um pouco distante dos ideais cavalleirescos ocidentais. Segundo todos os cronistas da época os templários eram sempre “os primeiros a atacar e os últimos a abandonar”. (DEMURGER, 2002, 125.)

A ordem começa a ruir não só pelo poder financeiro que os Pobres Cavaleiros de Cristo conquistaram ao longo de sua história, o que não combina com as regras das ordens em relação aos votos de pobreza. Havia outras acusações que ameaçavam o futuro da ordem, bem como o fato de os templários se recusarem a se fundir com outras ordens religiosas e militares como os hospitalários. O papa buscava alternativas e queria uma avaliação mais minuciosa das provas sobre as acusações feitas a ordem. Enquanto o rei Felipe estava mais interessado em iniciar o processo inquisitório e confiscar os bens da ordem do templo.

O Papa Clemente V entre o final de 1305 e o início de 1306 escreveu uma carta às ordens, pedindo-lhes para se deslocarem até a França, onde discutiriam a fusão com as ordens militares. Jacques de Molay, mestre do Templo em 1306, chegou à França no final do mesmo ano ou início de 1307. Quando da sua chegada, tomou conhecimento dos rumores e das calúnias em que sua ordem estava envolvida. O Mestre defendeu a ordem do Templo e pediu ao Papa Clemente V que abrisse uma investigação para provar a inocência da sua ordem.

Felipe, O Belo, rei da França, foi quem mais levou a sério os rumores a respeito dos cavaleiros de Cristo. Ele tinha um vínculo financeiro com a ordem, após um século de gestão dos cavaleiros templários de Paris, sobre o tesouro do rei francês. Em 1295, o tesouro foi enviado para que banqueiros de Florença fizessem a gestão dos bens. Nesta mudança, não houve desacordo entre o rei e o Templo, apesar da troca de gestores não ter resultado em muitos créditos com os florentinos. Em 1303, Felipe repassou o tesouro para a administração dos templários. Em um período de gênese e de ascensão dos ideais absolutistas, o rei da França estava convencido de que os rumores contra ordem dos templários lhe eram favoráveis e, por isso, considerou-os verdadeiros.

O rei Felipe agiu antes do Papa ter total conhecimento da situação da ordem, prendeu e queimou os religiosos acusados, entre eles o último grão-mestre Jacques de Molay, em 18 de Março de 1314. Felipe justificou sua decisão a partir de dados das

investigações que decorriam de rumores públicos. O golpe do rei irritou o Papa, se tratando da prisão de uma ordem religiosa que estava sob sua autoridade. As acusações feitas contra a Ordem dos pobres cavaleiros de Cristo, além de negar a fusão das ordens também foram: apologia ao Islã, renegação de Cristo, idolatrias, recusa dos sacramentos, práticas obscenas e de sodomia e o enriquecimento da ordem por todos os meios.

Com a chegada dos primeiros depoimentos templários e das confissões dadas após longa tortura, Felipe triunfou em sua conspiração. Uma dúvida permaneceu com os historiadores por longo tempo: o Papa Clemente V teria extinguido a ordem dos templários convencido da culpa dos pobres cavaleiros de Cristo? O documento oficial que esclarecia o assunto ficou arquivado por séculos no Vaticano. Em 1628, um arquivista nomeou este documento como “Interrogatório efetuado na diocese de Tours”. Redescoberto no ano 2001, o pergaminho confirmou o que os pesquisadores já suspeitavam: Clemente V não tinha intenção de acabar com a Ordem do Templo. No Concílio de Vienne (1311-1312) consideraram que os cruzados não poderiam ser tomados como heréticos por falta de provas. Como já sabemos Felipe, O Belo, foi bem sucedido e instigou outros reis à perseguição aos cavaleiros, consolidando o seu plano, quando os mestres foram condenados à fogueira sem ao menos o Papa ser consultado.

## Bibliografia:

BURMAN, Edward, Templários os cavaleiros de Deus, ed. Nova Era 1997.

DEMURGER, Alain, Os Cavaleiros de Cristo, Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 2002.

PIERS, Paul, Os Templários, Ed Imago, 2000.

BERNET, Anne, A milícia de Cristo, História Viva n 59, ed. Duetto, Ano V.

CARRAZ, Damien, Inimigos íntimos, História Viva n 59, ed. Duetto, Ano V.

VIAL, Pierre, A perdição do Templo, História Viva n 59, ed. Duetto, Ano V.

FRALE, Barabara, O julgamento dos templários, História Viva n 66, ed. Duetto ano VI.

Com o fim do Império Romano no século V, os judeus que estavam concentrados na periferia de Roma espalharam-se por toda a Europa. Começaram então a trabalhar como mercadores comercializando produtos da Ásia e do norte da África no ocidente, inicialmente em cidades italianas depois mais ao oeste. A tranquilidade durou até o século XI, período durante o qual os judeus puderam desenvolver o cultivo de terras na Europa.

A consolidação da Igreja Católica como a maior instituição organizada do Ocidente dificultou a vida dos judeus, pois a Igreja impôs restrições a eles. Apesar de não serem proibidos de possuir terras, havia imposições por parte dos cristãos que resultavam em não conseguirem adquiri-las, como por exemplo: os altos tributos cobrados pela Igreja e a fiscalização constante da produção agrícola, que não podia exceder mais que a quantidade estipulada antes da colheita; desapropriação das terras pelas autoridades seculares; proibição de contratar cristãos para trabalhar em suas terras; constante sujeição a ataques e a expulsões. Essas restrições fizeram com que os judeus abandonassem a prática do cultivo da terra, levando-os a se afastarem da agricultura e impulsionando-os à vida urbana, na qual se dedicaram ao comércio, à prestação de serviços e às finanças.

A partir dos séculos XI e XII, os judeus começaram a praticar a usura – empréstimo de dinheiro a juros. Com o passar do tempo, países e regiões começam a se unificar e a restringir esta prática, com o apoio da Igreja Católica, criando dificuldades aos judeus para a prestação de serviços aos cristãos em variadas áreas como as de ferreiro, de carpinteiro, de alfaiate, de sapateiro, de médico, ou quando da venda de vinho, de farinha, de manteiga de óleo, em seus mercados. Foram impedidos de comprar casas, exceto em bairros judeus. As práticas comerciais dos judeus foram modificadas devido às imposições de regras pelos cristãos. A prática de câmbio é iniciada, pois essa atividade não fora proibida. Os burgueses cristãos, os senhores de terras e o alto clero se tornou seu público alvo.

À medida que a economia ficava mais complexa, havia a necessidade de financiamento, o que resultou em grandes ganhos para os judeus. Eles então emprestavam dinheiro, para suprir o alto clero católico e a alta nobreza principalmente, porque eles, não investiam em empreendimentos que pudessem dar retorno financeiro.

O destino mais comum para o dinheiro conseguido com os empréstimos era a realização de festas e de banquetes, a construções de grandes palácios e de igrejas, o que levava os nobres proprietários de terras a expulsar os judeus de seus territórios para que não precisassem pagar o que lhes fora emprestado com altos juros que podiam chegar a metade do valor da dívida por ano. Essa foi uma época de grande riqueza,



assim como de muita perseguição aos judeus por parte de camponeses incentivados pelo baixo clero, que se viam abandonados pela alta cúpula da Igreja, e que aproveitavam o clima de ódio contra os não-cristãos surgido com as cruzadas.

Mais tarde, em torno dos séculos XIV e XV, com o renascimento comercial, houve um desenvolvimento de maior complexidade da economia, não sendo apenas o financiamento a juros necessário. Havia também a necessidade da criação de um sistema bancário que oferecesse empréstimos a juros mais baixos, e também de serviços bancários simples como guardar dinheiro e abrir poupanças, o que já ocorria nas repúblicas italianas de Gênova e Veneza, por exemplo.

Com o resgate de um tipo de economia que visava ao progresso da usura, que só tinha grande importância em economias atrasadas sem produção suficiente, a prática da usura pelos judeus manteve-se apenas nas regiões e nos países que não acompanharam o ritmo de retomada do desenvolvimento como foi o caso dos Estados Papais. O relaxamento da Igreja em relação à proibição do lucro por cristãos abriu caminho para que os burgueses católicos entrassem nos negócios bancários sem muita dificuldade e criando as estruturas necessárias para a afirmação do mercantilismo na Europa, que será a ponte que ligará o feudalismo ao capitalismo.

#### Bibliografia:

RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação: as Minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

<http://tempore.blogspot.com>; Acesso em: 02/06/2011

<http://www.pasargada-darkages.kit.net/feh-judaismo.htm>; Acesso em: 02/06/2011

## 15. A Inquisição e seus métodos

Richard Chagas e Márcio Stempniak

Acredita-se que as origens da Inquisição remontam a 1184, na província de Tíncia de Languedoc, localizada ao sul da França, em resposta aos Cátaros, movimento cristão considerado herético. O papa Lúcio III autorizou, através da bula Abolendam, a reconversão da população local. Após várias tentativas sem sucesso de reconversão da população, esta foi expulsa da cidade, pelo que hoje em dia é considerada a primeira cruzada contra pessoas que se autodenominavam cristãos. o ano seguinte a instituição da Inquisição foi estabelecida no concílio de Verona. Mas segundo Baignet:

Não eram só os cátaros que mantinham a Inquisição ocupada. A Europa na época estava decididamente enxameada de modos de pensamento inortodoxos, qualquer um dos quais consistia alvo maduro para a Inquisição. Havia, por exemplo, os bogomilos, outra seita dualista do século X, no antigo Império Búlgaro ( ... ) e que, no século XII já começara a exercer influência sobre o catarismo. ( ... ) As seitas dualistascátaros, bogomilos e paterinos - repudiavam Roma basicamente por motivos teológicos, e a condenação que faziam à sua riqueza, extravagância e corrupção derivava de uma compreensão da espiritualidade radicalmente diferente (BÀIGE T: 2001, 61-2)..

Esta é também chamada de inquisição episcopal, pois era administrada por bispos locais, sendo a origem do Tribunal da Inquisição e do Santo Ofício. O castigo físico dos hereges foi designado para os leigos. Por esta bula, os bispos foram autorizados a intervir ativamente para erradicar a heresia e foi dado o poder de julgar e condenar os hereges em suas dioceses. Nos séculos seguintes, ela julgou, absolveu, condenou e entregou ao Estado, através da pena capital, vários de seus inimigos, propagadores ou não de heresias.

Convém lembrar que ser cristão era comum, e havia dogmas e práticas que todos deviam respeitar e reproduzir: um inimigo do cristianismo era entendido como inimigo do pensar comum e da identidade social.

Em 20 de abril de 1223, o papa Gregório IX editou a bula Licet ad Capiendos, a qual verdadeiramente marca o início da inquisição, sendo dirigida aos dominicanos inquisidores:

Onde quer que os ocorra pregar estais facultados, se os pecadores persistirem em defender a heresia apesar das advertências, a privá-los para sempre de seus benefícios espirituais e proceder contra eles e todas os outros, sem apelação, solicitando em caso necessário a ajuda das autoridades seculares e vencendo sua oposição, se isto for necessário, por meio de censuras eclesiásticas inapeláveis (Bula Licet ad Capiendos, in DECUGIS).

A tortura era de fato bastante restrita, e tal termo é utilizado para indicar várias maneiras de impor sofrimento através de penas e punições particularmente cruéis. Mas este termo é especialmente associado às entidades vinculadas ao sistema legal, que

tinham como objetivo constranger um acusado a fazer confissões, nem sempre correspondentes à verdade. As antigas autoridades eclesiásticas desaprovavam a tortura, até o momento em que esta foi utilizada contra os hereges. Os padres não podiam praticá-la contra os acusados e mesmo os adeptos deviam demonstrar especial piedade.

Esta era apenas autorizada quando já houvesse alguma prova ou testemunho fiel e digno de um crime, ou então quando o sujeito já apresentasse antecedente de má fama, maus costumes ou tentativas de fuga.

Ainda assim, conforme o Concílio de Viena de 1311 obrigava-se os inquisidores a recorrerem à tortura apenas quando o bispo diocesano, junto de uma comissão julgadora, houvesse aprovado a mesma. Mas pouca piedade foi, no entanto, demonstrada, e um exemplo disso é a supressão dos templários, entre 1307 e 1310, quando se estima que 36.000 templários tenham morrido em Paris sob tortura.

Bàigent comenta a este respeito:

No início do século XIV, o rei Felipe IV da França tinha abundantes motivos para não gostar da Ordem do Templo. Também cobiçava a riqueza deles, uma vez que suas próprias necessidades fiscais eram agudas. Em 1291, ordenara a prisão de todos os comerciantes e banqueiros italianos na França, cujas propriedades expropriara. Em 1306, expulsara todos os judeus de seu reino e confiscara suas propriedades. Na certa era inevitável que Felipe voltasse suas atenções para os Templários como nova fonte de renda (Bàigent: 2001, 66).

E importante ressaltar que a tortura aplicada pela inquisição era mais branda que a aplicada pelo poder civil, não permitindo de forma alguma a amputação de membros, prática comum na época, nem a morte do inquirido.

No século XV os reis católicos de Espanha, Isabela de Castela e Fernando de Aragão, solicitaram ao Papa a criação de um tribunal do santo ofício, atitude esta movida pelo sentimento de unificação de um país fragmentado e em expansão. A ação do tribunal do santo ofício era a de tratar de casos de conversão de judeus e mouros que integravam o novo reino. Alguns preferiram renegar as suas religiões e acabaram abraçando o cristianismo, a estes era dado o nome de cristãos-novos. No entanto, entre as inquisições europeias existentes, a mais famosa pela longa duração e violência foi a inquisição espanhola.

Estima-se que, em apenas um mês, mais de 300 pessoas foram queimadas vivas nos autos de fé, chegando a tal ponto que em 1482, o Papa emitiu uma bula na qual concluía que a Inquisição há algum tempo era movida não por zelo pela fé e a salvação das almas, mas pelo desejo de riqueza. Gradualmente, a inquisição foi perdendo sua força e acabou por se extinguir entre os séculos XVI e XVII.

Porém, para alguns estudiosos, a essência da inquisição original que tinha como finalidade a guarda e pureza da fé, (e) permaneceu na igreja católica através de uma nova congregação, a Congregação Para a Doutrina da Fé.

Bibliografia:

BÀIGENT, Michael; LEIGH, Richard. A Inquisição. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

DECUGIS, Henri. Les Etapes du Droit - des origines a nos jours. Vol. 2., site:

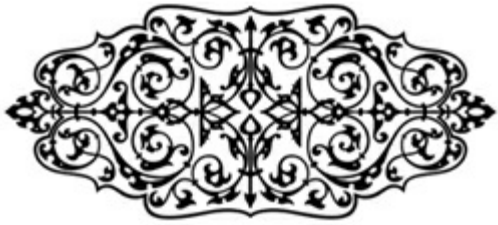
[www.ambitojuridico.com.br](http://www.ambitojuridico.com.br).

GENTILI, Franco. Tortura, Instrumentos Medievais, São Paulo: Editora Alvorada, 1996.

GONZAGA, João Bernardino. A inquisição em seu mundo, Disponível na internet.

<http://pt.scribd.com/doc/38148994/Livro-A-Inquisicao-em-seu-mundo-Joao-Bernardino-Gonzaga>

O'SHEA, Stephen. Los Cátaros - la herejia perfecta. Buenos Aires: ed. Biblos, 2005.



© Bestiário, 2016

© Paulina T. Nolibos, 2008

## Conselho editorial:

Dra. Ana Carolina da Costa e Fonseca

Dra. Katia Pozzer

Dra. Lucia Maria Britto Corrêa

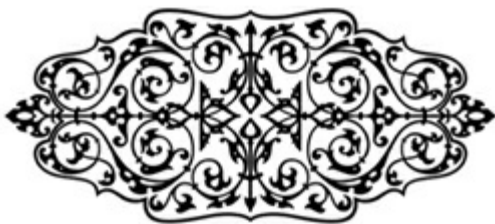
Dr. Ricardo Rieth

Editor ROBERTO SCHMITT-PRYM

Projeto gráfico original eDesign

Produção de ePub eDesign

1ª edição eletrônica, 2016



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Nólibos, Paulina T.

Estudos culturais da idade média:

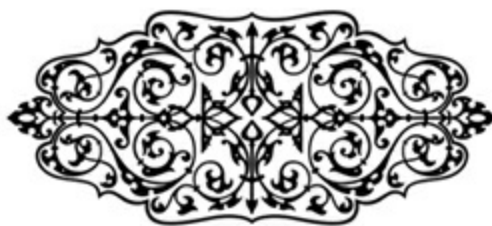
Arte, sexo, religião e outras práticas sociais :

Paulina T. Nólibos

Porto Alegre : Bestiário, 2016

Idade média I. Título

CDD 930.85



Este e-book foi projetado  
e desenvolvido em fevereiro de 2016,  
com base na 1ª edição impressa, de 2008.

FONTES: Leitura, Museo